



ecorodovias

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2021





ecorodovias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS
CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948
www.ecorodovias.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

PERFIL

A Ecorodovias é um dos maiores grupos de concessões rodoviárias do Brasil, responsável por nove concessionárias que somam cerca de 3.368 quilômetros de rodovias. Em 2021, passaram mais de 411,2 milhões de veículos equivalentes pela malha da Ecorodovias. Adicionalmente, o Grupo detém o Ecoporto, localizado no Porto de Santos.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A Ecorodovias tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado, nível mais alto de governança corporativa da B3. Em 2021 em decorrência de uma oferta pública de ações da Companhia, a ASTM, segundo maior grupo operador de rodovias do mundo, com uma malha de rodovias de cerca de 4.900 km sob gestão na Itália, Brasil e Reino Unido, passou a deter participação acionária indireta de 51,2% na Companhia.

DESTAQUES 2021

Em abril de 2021, a Companhia, por meio do consórcio Eco153 (constituído pela ECS com 65% de participação e pela GLP X Participações com 35%), venceu o leilão de concessão da rodovia BR-153/414/080/TO/GO para administração por 35 anos e em setembro assinou o contrato de concessão. A rodovia é uma das principais vias de transporte de mercadorias entre a região Sul e as regiões Norte e Centro-Oeste do país. Em junho de 2021, a Ecorodovias realizou uma oferta pública primária e secundária de ações no valor de R\$2,0 bilhões, sendo a oferta primária de R\$1,7 bilhão que está sendo destinado a novos investimentos, manutenção e/ou expansão de suas controladas e reforço de caixa. Em novembro de 2021, a Ecovias dos Imigrantes assinou um termo aditivo definitivo (TAM), que levou à extensão do fim do contrato de concessão de junho de 2026 para novembro de 2033, com a solução de desequilíbrios e a inclusão de novos investimentos no valor de R\$1,6 bilhão, bem como a aplicação da metodologia de fluxo de caixa marginal, que elimina o risco de receita a partir de março de 2024.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias

Em 2021, o tráfego consolidado apresentou crescimento de 16,8%, devido ao início da cobrança de pedágio da Ecovias do Cerrado e pela retomada do tráfego em função da flexibilização das medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19. Os **Veículos Pesados** apresentaram crescimento de 20,0% e os **Veículos Leves** aumento de 12,8%. Desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado e o encerramento dos contratos de concessão da Ecocatarras e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021, os **Veículos Pesados** apresentaram crescimento de 10,2% e os **Veículos Leves** registraram crescimento de 10,3%. A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou redução de 2,0% em 2021 em função do início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado que possui uma tarifa média menor e o encerramento dos contratos de concessão da Ecocatarras e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 5.281,5 milhões em 2021, aumento de 16,7% em relação a 2020. Excluindo a receita de construção, a receita bruta atingiu R\$ 4.118,0 milhões, aumento de 16,2% em relação a 2020, devido à retomada do tráfego, reajustes tarifários e melhor desempenho do Ecoporto.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2021, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$3.090,5 milhões, apresentando aumento de 14,7%, quando comparados com 2020. Os custos caixa, excluindo a depreciação e amortização, provisão para manutenção e custos de construção apresentaram aumento de 11,2% em relação a 2020 em linha com a inflação do período, em função, principalmente, ao início das operações da Ecovias do Cerrado. (Detalhamento sobre os custos de forma comparável estão disponíveis nos *Releases* de Resultados Trimestrais, no site www.ecorodovias.com.br/ri).

EBITDA e MARGEM EBITDA

Em 2021, o EBITDA Ajustado, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e a provisão de multas do acordo de não persecução cível (ANPC), atingiu R\$2.327,0 milhões, aumento de 14,2% e margem EBITDA de 66,7%. O EBITDA em 2021, calculado conforme a ICVM 527, foi de R\$2.259,1 milhões, crescimento de 59,9% em função do *impairment* do Ecoporto Santos, da contabilização de passivo da Eco101 e da provisão de multas do acordo de não persecução cível (ANPC) que impactaram negativamente o resultado de 2020.

| EBITDA (em milhões de R\$) | 2021 | 2020 | Var. |
|---|----------------|----------------|------------------|
| Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores | 372,0 | (424,0) | n.m. |
| Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores | (4,8) | - | n.m. |
| Lucro Líquido | 367,3 | (424,0) | n.m. |
| (+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas | - | 6,0 | n.m. |
| Lucro Líquido Operações Continuadas | 367,3 | (418,0) | n.m. |
| (+) Depreciação e Amortização | 691,1 | 547,1 | 26,3% |
| (+) Resultado Financeiro | 915,5 | 786,7 | 16,4% |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | 285,2 | 497,1 | -42,6% |
| EBITDA* | 2.259,1 | 1.412,8 | 59,9% |
| (+) Acordos ¹ | 4,2 | 131,5 | -96,8% |
| (+) <i>Impairment</i> Ecoporto (não caixa) | - | -382,5 | n.m. |
| (+) Provisão para Manutenção | 63,7 | 111,8 | -73,0% |
| EBITDA AJUSTADO* | 2.327,0 | 2.038,5 | 14,2% |
| MARGEM EBITDA AJUSTADA* | 66,7% | 67,5% | -0,8 p.p. |

* EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. ¹ Em 2021: provisão para multa do Acordo de Não Persecução Cível e a reversão da provisão. Em 2020: Acordo de Não Persecução Cível, multas compensatórias assumidas nos Acordos com Ex-Executivos Colaboradores, Acordos com Ex-Executivos Colaboradores e passivo referente a penalidades na Eco101. ² Exclui Provisão para Manutenção, Acordos e *impairment* do Ecoporto (não caixa).

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$915,5 milhões negativos em 2021, 16,4% superior a 2020 devido, principalmente, à majoração de juros e variação monetária sobre debêntures em função do incremento do endividamento bruto, alta do CDI e do IPCA.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2021, a Ecorodovias apresentou lucro líquido destinado aos acionistas controladores de R\$372,0 milhões, quando comparado com o prejuízo líquido de R\$424,0 milhões registrado em 2020.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A Ecorodovias encerrou dezembro de 2021 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 2.313,6 milhões e dívida bruta de R\$ 9.959,6 milhões.

A dívida com o poder concedente era de R\$ 2.604,7 milhões em dezembro de 2021, referente principalmente à outorga da Eco135, que será paga até o final da concessão (junho/2048) e as obrigações da Ecovias do Araguaia (BR-153).

A dívida líquida, sem arrendamentos e dívida com poder concedente, encerrou o ano em R\$ 7.646,0 milhões. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 3,3x, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e provisão de multas do acordo de não persecução cível (ANPC). Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide notas explicativas.

INVESTIMENTOS

(i) CAPEX

O CAPEX, composto pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, realizado em 2021 foi de R\$1.754,4 milhões. Os principais investimentos realizados foram: (i) Eco050, Eco101 e Eco135: obras de duplicações e conservação do pavimento; (ii) Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocatarras, Ecosul, Ecovias do Cerrado e Ecovias dos Imigrantes: obras de manutenção e conservação do pavimento; (iii) Ecoporte: finalização de obras de acesso à Avenida Portuária; (iv) Ecovias do Araguaia: investimentos iniciais em manutenção e início da implantação das praças de pedágio; e (v) Ecoporto: investimentos em tecnologia e manutenções.

(ii) Pagamentos ao Poder Concedente

Adicionalmente, a Companhia realizou os seguintes pagamentos aos poderes concedentes: (i) Ecovias dos Imigrantes: pagamento de R\$ 630,9 milhões para encerramento de ação judicial no âmbito TAM nº 19/2021 que estendeu o prazo do Contrato de Concessão até novembro de 2033; e (ii) Ecovias do Araguaia: pagamento da outorga no valor de R\$357,5 milhões.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Ecorodovias listadas no Novo Mercado da B3, sob o código ECOR3, encerraram o ano cotadas a R\$7,32. O volume financeiro médio diário das ações da Ecorodovias negociadas em 2021 foi de R\$54,8 milhões. O total de ações ordinárias é de 696.334.224 ações e o valor de mercado em 31/12/2021 era de R\$5,1 bilhões.

Pelo 11º ano consecutivo, as ações da Ecorodovias fazem parte da carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. A Companhia possui uma estrutura interna para analisar as melhores práticas das dimensões governança corporativa, ambiental, social, mudanças climáticas, financeiras e sustentabilidade, dentre outras avaliadas pelo índice, a fim de melhorar continuamente seu desempenho. O ISE busca informações e programas como inclusão de ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em Inglês) nas estratégias dos negócios, nível de atenção à diversidade, bem como compromissos e resultados relacionados às questões climáticas.

As ações da Ecorodovias integram o Índice de Carbono Eficiente – ICO2 da B3, composto pelas ações das companhias participantes do índice IbX 100 que adotam práticas transparentes em relação às suas emissões de gases de efeito estufa (GEE).

As ações da Ecorodovias integram os principais índices do mercado de ações brasileiro (IBOV, IBRA, IBXX, ICO2, IGC2, IGCX, IGMN, ISEE, ITAG, SMLL).

ATUAÇÃO ESG ECORODOVIAS

O Grupo Ecorodovias tem o compromisso de promover iniciativas que contribuam com o desenvolvimento sustentável garantindo a manutenção do negócio a longo prazo e auxiliando na construção de uma sociedade mais justa, economicamente viável e ambientalmente correta por meio de programas estruturados relacionados à Sustentabilidade. Mantém em suas diretrizes o foco no desenvolvimento sustentável por meio de sua Visão, Missão e Valores, tendo como princípios a ética, a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

A agenda ESG continua avançando, foi publicado em maio de 2021 o primeiro Relatório Integrado, principal ferramenta para reportar indicadores ambientais, sociais e de governança com resultados alcançados em temas materiais, selecionados após consulta com os principais stakeholders. A adesão ao padrão do Global Reporting Initiative (GRI) - adotado desde 2009 em adição as diretrizes de Relatório Integrado (<IR>) do Value Reporting Council - visa tornar mais clara a conexão ESG com o modelo de negócio da Companhia. A Ecorodovias acredita que parte de sua responsabilidade de criação de valor se faz no estabelecimento de uma relação de confiança com seus stakeholders.

Como reflexo dos esforços em manter padrões internacionalmente reconhecidos de Qualidade, Meio Ambiente e de Saúde e Segurança, todas as concessões do Grupo, com exceção da mais nova concessão Ecovias do Araguaia, possuem as certificações ISO 9001, ISO 14.001 e ISO 45.001. Todas as concessões rodoviárias, com exceção da mais nova concessão Ecovias do Araguaia, possuem ainda a certificação ISO 39.001 de Sistema de Gestão de Segurança Viária. Já a Companhia possui também a certificação ISO 37.001 de Sistema de Gestão Antissuborno.

A atuação ambiental, social e de governança (ESG na sigla em inglês) são direcionadas pela Política de Diretrizes de Sustentabilidade e por diretrizes internacionais como o Pacto Global das Nações Unidas. O Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. A Companhia é signatária do Pacto desde 2014 e em 2020 tornou-se participante. Além disso, a Companhia aderiu por meio de programas e metas, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, totalizam 17 compromissos e mais de 160 metas a serem adotadas por organizações de todo o planeta, a fim de contribuir para a melhoria dos padrões de vida das sociedades. Em 2020, a Ecorodovias em 2020 selecionou 12 objetivos e os incorporou à sua estratégia de sustentabilidade.

A Companhia participa ainda de fóruns de Sustentabilidade, como o CEBDS – (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), associação civil sem fins lucrativos, que reúne diversas empresas para a promoção do desenvolvimento sustentável no país, através da articulação junto aos governos e sociedade civil. Ao se associar a essa iniciativa, a Ecorodovias tem a possibilidade de participar das principais discussões sobre o tema no Brasil, contribuindo para a formulação de políticas e engajamento da sociedade.

Um reconhecimento importante da sua atuação ESG é a presença, pelo 11º ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que seleciona as empresas com o melhor desempenho em critérios de sustentabilidade, como governança corporativa, compromissos com a comunidade, estratégia ambiental e climática, entre outros. A Ecorodovias utiliza o ISE não apenas como balizador de seu desempenho ESG, mas também como modelo de gestão, a fim de aprimorar suas práticas e inserir a sustentabilidade na rotina de suas atividades.

Abaixo, as principais iniciativas ESG da Companhia:

AMBIENTAL

Mudanças Climáticas

Para manter o reconhecimento na categoria Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, o Grupo Ecorodovias mantém um intenso trabalho de identificação do nível de emissão de gases de efeito estufa por meio da realização de inventários de emissão que contempla todas as concessionárias do Grupo. Desde 2013 o Grupo Ecorodovias neutraliza todas as suas emissões diretas de escopo 1 e indiretas de escopo 2 e parte de suas emissões indiretas de escopo 3 através do Programa Amigo do Clima, iniciativa ambiental voluntário, cujo objetivo é garantir a transparência e rastreabilidade de atividades de responsabilidade climática.

Em 2021 a Companhia deu seguimento às iniciativas de Eficiência Energética e finalizou também um estudo de vulnerabilidades climáticas, que dá subsídios para estabelecer ações de adaptação frente às mudanças do clima. O grande desafio para o próximo ano será incorporar os resultados desse estudo na estratégia de gestão de riscos e oportunidades da Companhia, minimizando assim a sua vulnerabilidade climática.

CDP

A Companhia também responde ao CDP – Disclosure, Insight, Action, uma iniciativa promovida por investidores institucionais que consiste no envio de informações transparentes sobre governança climática pelas maiores empresas de capital aberto do mundo com o objetivo de adequar as futuras decisões de investimentos à economia de baixo carbono, com transparência das informações. Em 2021, a Ecorodovias obteve a pontuação B, acima da média global (B-).

ICO2

A Ecorodovias está presente no ICO2 – Índice de Carbono Eficiente da B3. Esse é um importante reconhecimento para as empresas que apresentam as melhores políticas e transparência relacionadas à gestão de carbono.

Ambição Net Zero

Em 2021 a Companhia participou da primeira edição da iniciativa Ambição Net Zero, liderada pelo Pacto Global, que reuniu empresas que buscam entender melhor e eventualmente aderir a um compromisso climático ambicioso.

SOCIAL

A Ecorodovias trabalha o tema social em duas frentes: público interno, com destaque para ações de diversidade, saúde e segurança voltadas para os colaboradores e público externo, com foco especial nas comunidades lindeiras e nos usuários das rodovias sob sua concessão.

Focando no público externo, em 2021, a Ecorodovias investiu R\$9,4 milhões em projetos incentivados, além de R\$2,0 milhões em investimento social privado. Esteve presente em sete estados brasileiros que impactaram mais de 265 mil pessoas diretamente e mais de um milhão de pessoas indiretamente. Esses projetos são relacionados às áreas de cultura, cuidado com os idosos, melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes, incentivo ao esporte, sendo os mais relevantes:

Projetos com incentivos fiscais

Ecoviver

Promove a educação ambiental e vivência em temas relacionados à segurança viária nas escolas localizadas às margens das rodovias. Em 2021, o projeto atendeu 24 cidades, com a participação de 1.399 professores e 25.978 alunos em 358 escolas.

De Bem com a Via

Criado em 2008 pelo Grupo Ecorodovias, busca realizar atividades que proporcionem acesso à educação para o trânsito, com especial atenção aos públicos mais vulneráveis – a saber, crianças, adolescentes e moradores de localidades socialmente vulneráveis, envolvendo escolas e comunidades localizadas no entorno das rodovias administradas pelas concessionárias. Em 2018 e 2019 atendeu 13 cidades e impactou 21.989 pessoas. A edição de 2020 foi cancelada em função das restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

Em 2021, com a melhoria da situação pandêmica no Brasil o projeto reiniciou suas atividades em setembro e como resultado atendeu nove cidades e impactou 4.337 pessoas.

Projetos com recursos próprios:

Projeto Viveiro de Mudanças

Criado em outubro 2008, o projeto é realizado com objetivo de capacitar jovens com deficiência intelectual. O viveiro de mudas une a necessidade de projetar mudas para compensação ambiental, ao trabalho de responsabilidade social da empresa. As mudas nativas da Mata Atlântica são utilizadas em projetos paisagísticos e na compensação ambiental das obras. Em 2012, foi premiado na 9ª edição do Benchmarking Ambiental Brasileiro, um dos mais importantes reconhecimentos da área de Sustentabilidade no país. Em 2018 foi reconhecido mundialmente no prêmio "Boas práticas de empregabilidade para trabalhadores com deficiência", promovido pela Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), na categoria "Protagonismo" por contribuir com a mudança na vida dos profissionais que fazem parte do programa.

Programa Capacitar

Criado em 2012, o Programa proporciona qualificação profissional e gratuita para aumentar a empregabilidade e a inclusão social de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social no entorno das rodovias. Em 2015, obteve o reconhecimento pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), e foi incluso no 1º relatório com 19 casos de sucesso em modelos de negócio inclusivo de alta performance em desenvolvimento. Em 2018, a Ecorodovias contratou 12 colaboradores refugiados da Síria, Egito, Iraque, Iêmen, Marrocos e Venezuela capacitados pelo programa.

Desde 2012 foram capacitadas mais de 700 pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre elas moradores das comunidades lindeiras, reeducados do sistema prisional, refugiados, PCDs jovens e população trans.

Iniciativas e campanhas apoiadas pelo Grupo Ecorodovias

Por Uma Estrada sem Acidentes

A Companhia foi signatária da "Década de Ação pela Segurança no Trânsito", lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2011 e com término em 2020. Apesar do final da década, a Ecorodovias manteve a campanha "Por uma Estrada sem Acidentes", a fim de conscientizar os usuários das rodovias que administra para o trânsito mais seguro. A iniciativa possui um website (<https://www.ecorodovias.com.br/semacidentes/>) com dicas e curiosidades para que motoristas, motociclistas e pedestres possam aprender a trafegar nas estradas de uma forma preventiva e segura. Além disso, oito concessionárias do Grupo Ecorodovias já possuem a certificação ISO 39001 – Segurança Viária restando apenas a mais nova concessão Ecovias do Araguaia.

Programa Na Mão Certa

A Ecorodovias participa do Programa na Mão Certa desde 2016, tendo a primeira unidade do Grupo aderido ao Programa em 2007. Ao longo dos anos, as demais unidades aderiram ao programa e, hoje, 100% do Grupo é adepto ao Na Mão Certa. Essa iniciativa reforça o comprometimento com o Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2021 a Ecorodovias seguiu evoluindo em sua governança, buscando referências nas melhores práticas de governança e compliance, adaptando-se gradualmente às novas exigências do Regulamento do Novo Mercado e aprofundando o entendimento da perspectiva dos investidores alinhados seus valores de integridade e sustentabilidade na condução e estratégia dos negócios.

Demonstrando que esses valores da Companhia estão integrados com sua estratégia de negócios, a empresa buscou ser protagonista e liderar pelo exemplo na incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) em sua estratégia, inserindo temas relevantes como incentivo à Diversidade e Inclusão, participação em treinamentos obrigatórios de compliance e redução da emissão de poluentes no meio ambiente.

Assim, tomou a decisão de incorporar indicadores ESG como parte da apuração das metas corporativas de seus colaboradores para 2021, demonstrando o propósito claro de impactar positivamente a sociedade, com foco no sólido relacionamento com seus stakeholders e boas práticas de governança corporativa.

Dentro das melhores práticas adotadas pela Companhia, merece destaque o programa de Gestão de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) que durante os últimos anos adotou diversas iniciativas para aperfeiçoamento da governança, considerando diretrizes e responsabilidades a serem observadas pelo Grupo, de forma a realizar a identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos.

Destaca-se também ao longo de 2021 a adoção de diversas iniciativas de aprimoramento no Programa de Ética – Sistema de Integridade (PE-SI), aperfeiçoando mecanismos para a prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e suborno, visando à obtenção da certificação internacional ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno), tendo tal certificação sido emitida em fevereiro de 2021.

Reforçando o compromisso da Alta Administração da Companhia com a integridade corporativa, também em 2021, o Código de Conduta da Ecorodovias foi revisado, atualizado e aprovado por seu Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança corporativa.

Como resultado do compromisso contínuo em promover uma cultura focada na integridade corporativa e no compromisso com as melhores práticas de combate à corrupção e suborno, após um robusto processo de auditoria de manutenção da ISO 37001, a empresa obteve sucesso na manutenção de sua vigência para o ano 2022.

Na Ecorodovias, o objetivo da governança é contribuir de forma contínua para a criação de valor para seus acionistas, respeitando os relacionamentos com os stakeholders com transparência, credibilidade e impacto positivo na sociedade. Dessa forma, a Companhia segue acreditando que a adoção e fortalecimento das boas práticas de governança contribuirá para o sucesso, sustentabilidade e a prosperidade de seus negócios.

GESTÃO DE PESSOAS

O principal objetivo da área de Gestão de Pessoas é contribuir para o alcance dos resultados do Grupo Ecorodovias, bem como alavancar o engajamento, o desenvolvimento dos colaboradores e um ambiente propício para geração de ideias inovadoras, promoção da diversidade e inclusão, além das melhores práticas de gestão.

Em 2021, desafios significativos moveram a área de Gestão de Pessoas diante do cenário atípico decorrente da pandemia causada pela Covid-19. A prioridade, assim como em 2020, esteve em garantir a integridade física e mental dos colaboradores, alinhados à estratégia e sustentabilidade do negócio. Pensando no bem-estar e saúde dos colaboradores, em 2021, foi mantida forte atuação no âmbito da pandemia, contando com estrutura dedicada ao público interno da Companhia, que acelerou sua atuação na Gestão de Saúde. Apesar dos contratempos gerados pela Covid-19, essa alteração estratégica gerou aproximação com os colaboradores, minimizando os impactos que o Grupo poderia ter. Além disso, foram mantidos todos os programas relacionados aos pilares físicos, implantamos o pilar de saúde mental e desenvolvemos um programa de assistência psicológica, em modelo de teleatendimento, sem custo, para todos os colaboradores.

Tendo como foco a saúde organizacional da Ecorodovias o longo prazo, foi aplicada a Pesquisa de Saúde Organizacional, realizada por consultoria especializada, com o objetivo de identificar e compreender os principais elementos culturais e de liderança necessários para construir uma Organização de alto desempenho. A pesquisa contou com 81% de participação dos colaboradores e o resultado geral de 72% de favorabilidade, índices expressivos quando comparados outras empresas de mercado. As questões relativas à atração e desenvolvimento de talentos, conhecimento do negócio e seus processos e liderança foram pontos que receberam as melhores avaliações.

Alinhado ao mapa estratégico do Grupo, atuou fortemente no objetivo de desenvolver, reter e atrair equipes diversificadas e de alta performance, com prontidão para suportar as operações e o crescimento, por meio dos programas: Construindo o Futuro, Desenvolvimento de Líderes e Executivos e Dilemas de Gestão.

Em outubro, foi concluído o ciclo anual de Avaliação de Competências e Sucessão, uma importante etapa do Ciclo de Desempenho, que permite a identificação de talentos, profissionais chave e sucessores, assim como contribui para direcionar ações para construção de planos de retenção e desenvolvimento, mitigando riscos de perda de profissionais e preparando a Companhia para o crescimento.

O programa Construindo o Futuro consiste em proporcionar desenvolvimento aos colaboradores com potencial para assumir futuras lideranças. Nesta última edição, 19% dos participantes foram promovidos para posições de liderança.

No final de 2021 Companhia realizou o Seminário de Líderes Ecorodovias, abordando os resultados do Grupo em 2021, perspectivas para 2022, além de palestras externas sobre transformação digital, ética, ESG e cenário político econômico.

A agenda de Diversidade & Inclusão obteve significativos avanços no Grupo Ecorodovias. Por meio do programa Caminho para Todos, ações e metas específicas para a promoção de equipes diversificadas e de alta performance foram consolidadas. Os comitês locais de Diversidade & Inclusão tiveram uma forte atuação no planejamento estratégico, acompanhamento dos indicadores e implantação de ações afirmativas que têm como finalidade promover um ambiente cada vez mais plural e inclusivo. Alguns dados apontam que no ano de 2021 apresentou avanço na busca pelo equilíbrio entre homens e mulheres, com destaque para o aumento da liderança feminina de 25% para 28%. Em raça, o Grupo Ecorodovias obteve um aumento de 28% para 31% em comparação a 2020. Dentro do pilar LGBTQIAP+, foram observadas 12 novas contratações de profissionais transgêneros distribuídas entre as unidades. Além da continuidade dos Grupos de Afinidade EcoPride (LGBTQIAP+) e AfroEco (raça), merecem destaque o início das atividades dos Grupos de Afinidade EcoDELAS (Mulheres) e ECOA (Profissionais com Deficiência) que, com encontros mensais, trocam vivências, além de propor e apoiar ativamente as ações, campanhas e divulgações.

No mês de maio foi celebrado o Mês da Diversidade & Inclusão na Ecorodovias, visando a conscientização e engajamento no tema. Foi criado um novo pilar de atuação, o Convívio de Gerações com a missão de abordar as diferentes gerações e impulsionar a contratação de profissionais 50+. Também foi dada continuidade em ações de sustentação e capacitação em todos os pilares de atuação do programa Caminho para Todos, como treinamentos e rodas de conversas nos pilares de Raça, Mulheres, LGBTQIAP+, Gerações e PCDs, acessibilidade na infraestrutura e tecnologia inclusiva. Destaque para o lançamento do "Book de Diversidade & Inclusão", um manual que contém a visão da Ecorodovias sobre o tema Diversidade & Inclusão, e o lançamento da EcoNews, a newsletter mensal, com assuntos relacionados ao tema.

A Companhia obteve avanços na agenda de gestão estratégica de pessoas, onde Programas de Retenção com foco em pessoas chave foram desenvolvidos com embasamento conceitual em Total Rewards, garantindo à liderança, instrumentos para atuação em todos os campos de gestão, fortalecendo a retenção e atração de profissionais.

Em 2021, a Ecorodovias continuou o processo evolutivo de suas estratégias, políticas, práticas e processos de Gestão de Pessoas, contribuindo para a competitividade e suportando o crescimento do Grupo.

A Companhia encerrou o ano com 4.692 colaboradores distribuídos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.





ecorodovias

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS
CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948
www.ecorodovias.com.br

Balanco Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R\$)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | | | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|---|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | | |
| Ativo | | | | | | Passivo e Patrimônio Líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 10.928 | 5.818 | 2.070.271 | 1.342.219 | Fornecedores | 763 | 265 | 220.801 | 135.521 | 135.521 |
| Aplicações financeiras | 6 | 383 | 260 | 100.541 | 51.791 | Empréstimos e financiamentos | 1.257.663 | 135.522 | 1.353.123 | 485.975 | 485.975 |
| Aplicações financeiras - conta reserva | 7 | - | - | 67.731 | 62.532 | Debêntures | - | 149.563 | 1.837.935 | 1.092.648 | 1.092.648 |
| Clientes | 8 | - | - | 204.197 | 183.607 | Arrendamentos a pagar | 420 | 86 | 17.568 | 23.412 | 23.412 |
| Dividendos a receber | | 310.857 | - | - | - | Impostos, taxas e contribuições a recolher | 381 | 62 | 53.649 | 53.204 | 53.204 |
| Tributos a recuperar | | 5.143 | 1.414 | 62.323 | 58.456 | Partes relacionadas | 4.296 | 9.419 | 87.317 | 86.540 | 86.540 |
| Despesas antecipadas | | 640 | 506 | 18.994 | 13.443 | Obrigações com Poder Concedente | - | - | 100.831 | 93.086 | 93.086 |
| Partes relacionadas | 18 | 334 | 373 | 364 | 1 | Provisão para imposto de renda e contribuição social | 14.c) | - | 18.076 | 24.970 | 24.970 |
| Outros créditos - Venda participação | | 10.018 | 11.957 | 10.018 | - | Provisão para manutenção | 19 | - | 95.143 | 262.142 | 262.142 |
| Outros créditos | | 2.357 | 2.269 | 59.066 | 26.082 | Provisão para construção de obras | 20 | - | 37.357 | 1.618 | 1.618 |
| Total do ativo circulante | | 340.660 | 22.597 | 2.593.505 | 1.750.088 | Dividendos a pagar | 1.319 | - | 1.319 | - | - |
| Não Circulante | | | | | | Acordo de Leniência | 8.140 | 3.900 | 82.951 | 97.870 | 97.870 |
| Aplicações financeiras - conta reserva | 7 | - | - | 75.101 | 64.957 | Acordo de Não Persecução Cível - ANPC | 22.g) | 23.425 | 26.450 | 23.425 | 26.450 |
| Tributos diferidos | 14.a) | - | - | 259.433 | 252.704 | Outras contas a pagar - Aquisição de empresas | 22.f) | 880 | 2.616 | 105.563 | 114.774 |
| Depósitos judiciais | 10 | 91 | 2.666 | 206.283 | 209.082 | Total do passivo circulante | | 1.297.287 | 327.883 | 4.081.087 | 2.518.699 |
| Partes relacionadas | 18 | - | 5.304 | - | - | Não Circulante | | | | | |
| Despesas antecipadas | | - | - | 1.645 | 6.087 | Empréstimos e financiamentos | 15 | - | 1.107.841 | 1.530.145 | 2.539.369 |
| Outros créditos - Venda participação | | 41.297 | 51.554 | 41.297 | 51.554 | Debêntures | 16 | - | 1.107.841 | 5.238.414 | 4.340.123 |
| Outros créditos - Conta reserva - Ecovias do Araguaia | 9.a) | - | - | 1.072.617 | 17.585 | Arrendamentos a pagar | 17 | - | - | 8.249 | 16.990 |
| Outros créditos | | 11.774 | 12.748 | 20.642 | 20.642 | Tributos diferidos | 14.a) | - | - | 6.489 | 1.551 |
| Tributos a recuperar | | - | - | 16.216 | 15.558 | Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias | 23 | - | - | 281.993 | 239.058 |
| Ativo sujeito à indenização | 9.b) | - | - | 227.669 | 134.278 | Provisão para manutenção | 19 | - | - | 206.728 | 193.812 |
| Investimentos: | | | | | | Provisão para construção de obras | 20 | - | - | 12.200 | 38.097 |
| Em controladas e coligadas | 11.a) e 11.b) | 3.041.896 | 1.420.826 | - | 166 | Obrigações com Poder Concedente | 21 | - | - | 2.503.885 | 910.275 |
| Ágio | 11.c) | 39.927 | 40.441 | - | - | Acordo de Leniência | 22.g) | 7.109 | 17.039 | 10.459 | 84.186 |
| Imobilizado | 12 | 5.044 | 1.714 | 434.860 | 493.093 | Acordo de Não Persecução Cível - ANPC | 22.g) | 33.924 | 21.027 | 33.924 | 21.027 |
| Intangível | 13 | 1.084 | - | 11.447.683 | 8.155.441 | Outras contas a pagar - Aquisição de empresas | - | - | - | 21.084 | 26.218 |
| Total do ativo não circulante | | 3.141.113 | 1.535.429 | 13.800.389 | 9.343.552 | Outras contas a pagar | 23.144 | 28.055 | 129.195 | 108.054 | 108.054 |
| | | | | | | Total do passivo não circulante | 64.177 | 1.173.962 | 9.982.769 | 8.518.760 | 8.518.760 |
| Total do Ativo | | 3.481.773 | 1.558.026 | 16.393.894 | 11.093.640 | Patrimônio Líquido | | | | | |
| | | | | | | Capital social | 24.a) | 2.054.305 | 360.900 | 2.054.305 | 360.900 |
| | | | | | | Reserva de lucros - legal | 24.b) | 278 | - | 278 | - |
| | | | | | | Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos | 24.c) | 3.958 | - | 3.958 | - |
| | | | | | | Reserva de capital - plano de opção com base em ações | - | 56.936 | 56.936 | 56.936 | 56.936 |
| | | | | | | Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores | - | 14.219 | 14.219 | 14.219 | 14.219 |
| | | | | | | Ações em tesouraria | 24.d) | (9.387) | (9.387) | (9.387) | (9.387) |
| | | | | | | Prejuízos acumulados | - | - | (366.487) | - | (366.487) |
| | | | | | | Atribuído à participação dos acionistas controladores | - | 2.120.309 | 56.181 | 2.120.309 | 56.181 |
| | | | | | | Participação acionistas não controladores no patrimônio das controladas | 24.e) | - | - | 209.729 | - |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | - | 2.120.309 | 56.181 | 2.330.038 | 56.181 |
| | | | | | | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 3.481.773 | 1.558.026 | 16.393.894 | 11.093.640 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido/diluído por ação)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Receita Líquida | 25 | - | - | 4.651.761 | 3.999.786 |
| Custo dos serviços prestados | 26 | - | - | (2.811.871) | (2.356.815) |
| Lucro Bruto | | - | - | 1.839.890 | 1.642.971 |
| Recargas (Despesas) Operacionais | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 26 | (27.404) | (31.828) | (278.582) | (337.262) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11.a) | 507.373 | 88.755 | (20) | (4) |
| Amortização do ágio sobre investimento | 11.c) | (514) | (11.589) | - | - |
| Acordo de Leniência/Acordo de Não Persecução Cível - ANPC | 22 | (4.208) | (57.792) | (4.208) | (58.858) |
| Impairment - Ecoporto/Ativo sujeito a indenização | | - | (307.186) | - | (382.471) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | 812 | 714 | 10.848 | 1.361 |
| Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro | | 476.059 | (318.926) | 1.567.928 | 865.737 |
| Resultado Financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 27 | 26.077 | 6.424 | 247.697 | 62.902 |
| Despesas financeiras | 27 | (130.094) | (105.486) | (1.163.151) | (849.567) |
| | | (104.017) | (99.062) | (915.454) | (786.665) |
| Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | | 372.042 | (417.988) | 652.474 | 79.072 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | | | | |
| Correntes | 14.b) | - | - | (287.003) | (339.347) |
| Diferidos | 14.b) | - | - | 1.791 | (157.713) |
| | | - | - | (285.212) | (497.060) |
| Lucro/(Prejuízo) do Exercício das Operações Continuadas | | 372.042 | (417.988) | 367.262 | (417.988) |
| Lucro/(Prejuízo) do Exercício Resultante das Operações Descontinuadas | | - | (6.000) | - | (6.000) |
| Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício | | 372.042 | (423.988) | 367.262 | (423.988) |
| Atribuível a: | | | | | |
| Participação dos acionistas controladores | | 372.042 | (423.988) | 372.042 | (423.988) |
| Participação dos acionistas não controladores | 24.e) | - | - | (4.780) | - |
| | | - | - | 367.262 | (423.988) |
| Lucro/(Prejuízo) por Ação - Operações Continuadas e Descontinuadas | | | | | |
| Básico - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 28 | 0,59018 | (0,75994) | 0,58260 | (0,75994) |
| Diluído - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 28 | 0,59018 | (0,75994) | 0,58260 | (0,75994) |
| Lucro/(Prejuízo) por Ação - Operações Continuadas e Descontinuadas | | | | | |
| Básico - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 28 | 0,59018 | (0,74918) | 0,58260 | (0,74918) |
| Diluído - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 28 | 0,59018 | (0,74918) | 0,58260 | (0,74918) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | 372.042 | (423.988) | 367.262 | (423.988) |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado Abrangente Total do Exercício | 372.042 | (423.988) | 367.262 | (423.988) |
| Atribuível a: | | | | |
| Acionistas controladores | - | - | 372.042 | (423.988) |
| Acionistas não controladores | - | - | (4.780) | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Receitas | | | | |
| Com arrecadação de pedágio | - | - | 3.463.568 | 3.023.853 |
| Com construção | - | - | 1.163.434 | 981.472 |
| Portuárias | - | - | 518.730 | 390.829 |
| Logística | - | - | 27.121 | 32.363 |
| Acessórias e prestação de serviços intercompany | - | - | 108.602 | 96.134 |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | | | | |
| Custo dos serviços prestados | - | - | (1.797.485) | (1.549.356) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (13.858) | (17.347) | (147.321) | (207.281) |
| Outros | - | - | (214.546) | (168.987) |
| Valor (Consumido) Adicionado Bruto | (13.858) | (17.347) | 3.122.103 | 2.599.027 |
| Depreciação e Amortização | (1.326) | (1.345) | (691.144) | (547.061) |
| Amortização de Investimentos | (514) | (11.589) | - | - |
| Acordos de Leniência/Não Persecução Cível - ANPC | (4.208) | (57.792) | (4.208) | (58.858) |
| Impairment Ecoporto/Ativo sujeito a indenização | - | (307.186) | - | (382.471) |
| Outros | 812 | 714 | 10.848 | 1.361 |
| Valor (Consumido) Adicionado Líquido Produzido pela Companhia | (19.094) | (394.545) | 2.437.599 | 1.611.998 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | | | | |
| Receitas financeiras | 26.077 | 6.424 | 247.697 | 62.902 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 507.373 | 88.755 | (20) | (4) |
| | 533.450 | 95.179 | 247.677 | 62.898 |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 514.356 | (299.366) | 2.685.276 | 1.674.896 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | | | |
| Pessoal | 11.745 | 12.542 | 440.488 | 376.745 |
| Remuneração direta | 11.186 | 12.043 | 335.706 | 286.004 |
| Benefícios | 404 | 360 | 82.549 | 73.554 |
| FGTS | 155 | 139 | 22.233 | 17.187 |
| Impostos, taxas e contribuições | - | - | 700.360 | 852.938 |
| Federais | - | - | 490.482 | 672.070 |
| Estaduais | - | - | 3 | 4 |
| Municipais | - | - | 209.875 | 180.864 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 130.569 | 106.080 | 1.177.166 | 863.201 |
| Juros | 119.302 | 94.352 | 508.705 | 436.370 |
| Aluguéis | 475 | 594 | 14.015 | 13.634 |
| Outros efeitos financeiros | 10.792 | 11.134 | 654.446 | 412.597 |
| Remuneração de capitais próprios | 372.042 | (417.988) | 367.262 | (417.988) |
| Participação dos acionistas não controladores | - | - | (4.780) | - |
| Resultado de operações descontinuadas | - | 6.000 | - | 6.000 |
| Lucro/(prejuízo) Líquido do exercício | 372.042 | (423.988) | 372.042 | (423.988) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

|--|



Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionados às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui onze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporte) em nove estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste e Centro-Oeste. As principais informações sobre os Contratos de Concessão das controladas da Companhia estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP. As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumarizadas na Nota Explicativa nº 11. Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 10 de março de 2022. a) Impactos COVID-19: A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover o saque e a segurança de todos. As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais. Na data base em 31 de dezembro de 2021 as controladas da Companhia realizaram o teste de impairment (vide Nota Explicativa nº 13) e as administrações não identificaram impacto nos resultados. Adicionalmente, as administrações não identificaram outros potenciais efeitos nas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém um controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3. A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto (ou joint venture), sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Table with columns: Controladas diretas, 31/12/2021, 31/12/2020, Objetivos principais. Rows include EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., EIL01 Participações S.A., Ecoporte Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda., ELG-01 Participações Ltda., EIL04 S.A., Concessionária do Rododel Norte S.A. - Ecorodanel, Ecopátio Logística Cubatão Ltda., Controlada em conjunto (Joint Venture): Consórcio Rota do Horizonte S.A., Controladas indiretas: Via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., Holding do Araguaia S.A., Argovias Administração e Participações S.A., Via Argovias Administração e Participações S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., Via Holding do Araguaia S.A., Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., Via ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda., Via Anish Empreend. e Participações Ltda., Paquetá Participações Ltda.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas; • Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; e • Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. 2.3. Contratos de Concessão: Abaixo estão apresentados os principais Contratos de Concessão da Companhia, por entidade:

Table with columns: Concessão, Assinatura, Contrato, Prazo final, Extensão (Km), Estado, Tipo de Concessão, Poder Concedente, Índice Reajuste, Data de reajuste (anualmente em), Data de reajuste (anualmente em). Rows include Ecovias dos Imigrantes (I), Ecopistas (II), Ecovia Caminho do Mar (III), Ecocataratas (IV), Ecosul (V), ECO101 (VI), Ecoponte (VII), Eco135 (VIII), Eco050 (IX), Ecovias do Cerrado (X), Ecovias do Araguaia (XI), Ecoporte Santos (XII), Ecopátio Cubatão (XIII).

(*) Considera o aditivo de extensão conforme Nota Explicativa nº 21.iii. (**) À partir do TAM 19/21, conforme descrito na Nota Explicativa n° 21.iii. (***) Cesta de índice de preços setoriais, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a saber: (I) INCC; 10%; (II) IGP-M; 10%; (III) Índice de Terraplanagem (coluna 38 FGV); 10%; (IV) Índice de Pavimentação (coluna 37 FGV); 18,01%; (V) Índice de Ligantes Betuminosos (coluna 39e FGV); 1,99%; (VI) Índice de Obras de Artes Especiais (coluna 36 FGV); 20%; e (VII) Índice de Consultoria (coluna 39 FGV); 30%. (viii) Concessão Ecovias dos Imigrantes S.A.: Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cérego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8, 4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (i) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas: Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão, compreendendo: (i) SP 070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto; início do trecho no km 11-190, no final da Marginal Tiê, São Paulo; final do trecho no km 130-400, no entroncamento com a BR 116 km 1174-400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19-300, Guarulhos; final do trecho no km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cubicma, Guarulhos; (iii) SP-179/060 - Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR116, km 179-000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SP-035/056 - Interligação Itaquaquecetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35-000, Itaquaquecetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35-700, Itaquaquecetuba; (v) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgadas à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (interseção com a SP-088) e no km 111 (interseção com a SP-103). O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (ii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.: Recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso, mediante a cobrança de pedágio, do Lote nº 6 do Anel de Integração do Estado do Rio de Janeiro, com 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A Companhia avaliou os efeitos da finalização do contrato de concessão e entende que este não causou impactos significativos no balanço patrimonial da controlada. A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas balanço patrimonial da controlada (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas civis, trabalhistas e tributárias, Tributos Diferidos sobre as provisões e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos. Em 15 de dezembro de 2021, a controlada finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações; praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais. Os bens considerados não reversíveis, tais como: hardwares, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, e outros (classificados como Ativo Imobilizado) e softwares (classificados como Ativo Intangível), serão vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. (iv) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas: Recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso, mediante a cobrança de pedágio, do Lote nº 3 do Anel de Integração do Estado do Paraná, com trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A Companhia avaliou os efeitos da finalização do contrato de concessão e entende que este não causou impactos significativos no balanço patrimonial da controlada. A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas balanço patrimonial da controlada (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas civis, trabalhistas e tributárias, Tributos Diferidos sobre as provisões e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos. Em 15 de dezembro de 2021, a controlada finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações; praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais. Os bens considerados não reversíveis, tais como: hardwares, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, e outros (classificados como Ativo Imobilizado) e softwares (classificados como Ativo Intangível), serão vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. (v) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul: Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas num total de 457,3 km, as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 53,1 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137, 1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão de serviços públicos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (vi) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.: A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a

Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7 km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (vii) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte: Explora pelo regime de concessão a infraestrutura e a prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do sistema rodoviário mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) - "Ponte Rio-Niterói", com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (viii) Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.: Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 - iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 - contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) - São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 - iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 - Perímtero Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 - iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil - Perímtero Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 - Perímtero Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 364,00km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e a gestão de serviços complementares prestados diretamente pela concessionária, mediante a cobrança de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (ix) Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.: Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII". A exploração da rodovia se dá mediante a cobrança de tarifa de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (x) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jatá/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (contorno Oeste de Uberlândia/MG), totalizando 437,0 km, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (xi) Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Alaíana do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. (xii) Ecoporte Santos S.A.: O Contrato de Arrendamento PFIRES nº 028/1999 ("Contrato") celebrado entre a Companhia e a Decas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporte Santos S.A. ("Ecoporte Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporte Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos no Poder Concedente em dezembro de 2014. Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAC"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e o equilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêreres e outros ativos. Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) reavaliou notificação ao Ecoporte Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5.729/2021, em que indenou o pleito de prorrogação do contrato, sendo concluído o direito ao reembolso dos investimentos concluídos e operacionais em portêreres e outros ativos acima mencionados; (iii) Ecopátio Logística Cubatão Ltda.: Direito real de uso sobre parte da gleba de terra com 442,679,36 m², descrita e confrontada pelo Decreto Municipal nº 7.814, de 07 de julho de 1999, que regulamentou a Lei Complementar nº 001, de 26 de março de 1999, onde funciona um terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos. 2.4. Moeda funcional de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros em aplicação no reconhecimento dos mesmos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingir ao total o fluxo de caixa líquido descontado dos dois o maior. Descontando os fluxos de caixa futuros esperados, para o custo amortizado da dívida que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros a partir da primeira evidência de que os fluxos de caixa futuros esperados são inferiores aos valores inicialmente estimados. O impacto no fluxo de caixa líquido sujeito à redução ao valor recuperável é reconhecido aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 27). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça o critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial foi designado para eliminar ou reduzir descausamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há uma evidência de redução do valor recuperável de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros recuperáveis, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Contratos de garantia financeira: Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço e os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. b) Combinação de negócios: Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos financeiros são avaliados pelo valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. f) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. g) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo de contraprestação recebida ou a receber, deduzida de provisões estimativas de despesas. A receita é reconhecida no período de competência ou seja quando o usuário dos bens públicos objeto da concessão, os valores das tarifas são pactuados reajustados anualmente baseados em cada contrato de concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de transitos nas rodovias administradas pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVE); no encerramento do mês, após a conciliação com as operadores de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário; diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento de transportadoras e valores; (iii) vale pedágio; diariamente, a partir da conciliação dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões; diariamente a transação. h) Arrendamento: A Companhia e suas controladas avaliam se um contrato contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia e suas controladas sejam os arrendatários, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da Companhia e suas controladas, individualmente. i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

Table with columns: Norma, Requisito, Impacto nas demonstrações financeiras. Rows include Alterações à IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual, Alterações à IAS 16 - Imobilizado, Alterações à IAS 37 - Contratos onerosos - Custo de cumprimento de obrigação.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 15/03/2022 15:56. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link http://valor.globo.com/valor/i/



ecorodovias

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS
CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948
www.ecorodovias.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

| | 31/12/2019 | Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos | Aporte de capital/AFAFC | Redução de capital | Equivalência patrimonial | 31/12/2020 |
|--|------------|--|-------------------------|--------------------|--------------------------|------------|
| Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. | 973.590 | (240.222) | - | - | 415.589 | 1.148.957 |
| Ecoporto Santos S.A. | 357.219 | - | 75.000 | - | (327.057) | 105.162 |
| ELG-01 Participações Ltda. | 56.237 | - | 8.275 | - | (296) | 64.216 |
| Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. | 12.695 | 4.500 | - | - | (3.250) | 13.945 |
| Consórcio Rota do Horizonte S.A. | 250 | - | - | (80) | 4 | 166 |
| EL-01 Participações Ltda. | 354 | - | - | - | (5) | 359 |
| Concessionária do Rodanel Norte S.A. - Ecorodanel (a.i.) | 15.305 | - | 100 | - | 157 | 15.562 |
| Ecopápio Logística Cubatão Ltda. | 70.653 | - | - | - | 2.697 | 73.350 |
| Lucros não realizados - Eco101 | (943) | - | - | - | 52 | (891) |
| Lucros não realizados - Ecoporto | (862) | - | - | - | 862 | - |
| | 1.484.498 | (240.222) | 87.875 | (80) | 88.755 | 1.420.826 |

b) Consolidado

| | 31/12/2021 | participação direta - % | Investimento | Equivalência patrimonial |
|--------------------------------------|------------|-------------------------|--------------|--------------------------|
| Consórcio Rota do Horizonte S.A. (*) | (20) | 20% | 166 | (20) |

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2021, foi deliberada a Dissolução e Liquidação, para consequente extinção da Companhia. Em 18 de junho foi realizada a extinção da Companhia junto a Receita Federal do Brasil e em 30 de setembro, foi realizada a partilha dos ativos da Companhia na proporção da participação acionária de cada Acionista.

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

| | 31/12/2020 | Amortização | 31/12/2021 |
|--------------------|------------|-------------|------------|
| Ágio - Ecosul | 2.697 | (514) | 2.183 |
| Mais Valia - Anish | 37.744 | - | 37.744 |
| | 40.441 | (514) | 39.927 |

| | 31/12/2019 | Amortização | Impairment | 31/12/2020 |
|--|------------|-------------|------------|------------|
| Ágio - Ecosul | 3.210 | (513) | - | 2.697 |
| Mais Valia - Anish | 37.744 | - | - | 37.744 |
| Ágio - Ecoporto - (direito de concessão) | 318.262 | (11.076) | (307.186) | - |
| | 359.216 | (11.589) | (307.186) | 40.441 |

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2021:

| | ATIVO | Ativo Circulante | Ativo Não Circulante | PASSIVO | Passivo Circulante | Passivo Não Circulante | Patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto |
|------------------------------|-----------|------------------|----------------------|-----------|--------------------|------------------------|--|
| Controladas diretas | | | | | | | |
| ELI01 | 369 | 369 | - | 369 | 3 | - | 366 |
| Ecorodovias Concessões | 6.940.791 | 1.217.084 | 5.723.707 | 6.940.791 | 1.572.736 | 2.794.472 | 2.573.589 |
| Ecoporto Santos | 492.576 | 25.065 | 430.521 | 492.576 | 68.370 | 105.056 | 308.150 |
| Termares | 44.503 | 52.608 | 18.895 | 44.503 | 23.945 | 4.310 | 18.248 |
| Ecorodanel | 16.319 | 103 | 16.216 | 16.319 | 119 | - | 16.200 |
| ELG01 | 63.912 | 79 | 63.833 | 63.912 | - | - | 63.912 |
| Ecopápio | 68.511 | 14.857 | 53.654 | 68.511 | 2.494 | 2.741 | 63.276 |
| Controladas indiretas | | | | | | | |
| Ecovia | 252.629 | 247.816 | 4.813 | 252.629 | 21.288 | 11.816 | 219.525 |
| Ecosul | 488.091 | 26.636 | 461.455 | 488.091 | 33.491 | 387.553 | 67.047 |
| Ecovias | 2.507.147 | 106.223 | 2.400.924 | 2.507.147 | 1.097.231 | 893.610 | 516.306 |
| Eccataratas | 272.626 | 267.489 | 5.137 | 272.626 | 86.641 | 12.432 | 173.553 |
| Ecopistas | 1.657.814 | 147.863 | 1.509.951 | 1.657.814 | 185.246 | 625.316 | 847.252 |
| Eco101 | 1.439.611 | 46.259 | 1.393.352 | 1.439.611 | 160.438 | 447.710 | 831.463 |
| Ecoponte | 769.016 | 129.712 | 639.304 | 769.016 | 51.304 | 503.739 | 213.973 |
| Eco135 | 1.821.779 | 66.822 | 1.754.957 | 1.821.779 | 174.734 | 1.673.083 | (26.038) |
| Ecovias do Araguaia | 3.026.288 | 427.145 | 2.599.143 | 3.026.288 | 18.739 | 1.084.413 | 1.923.136 |
| Holding do Araguaia | 1.989.703 | 12.777 | 1.976.926 | 1.989.703 | 13.034 | 1.377.448 | 599.221 |
| Anish | 64.331 | 331 | 64.000 | 64.331 | 135 | 363 | 63.833 |
| Paquetá | 11.096 | 96 | 11.000 | 11.096 | - | - | 11.096 |
| Argovias | 691.862 | 3.411 | 688.451 | 691.862 | 8 | - | 691.854 |
| Eco050 | 1.674.450 | 80.101 | 1.594.349 | 1.674.450 | 87.366 | 898.633 | 688.451 |
| Ecovia do Cerrado | 695.116 | 224.534 | 470.582 | 695.116 | 31.925 | 18.478 | 644.713 |

| | Receita Líquida | Custos dos Serviços Prestados | Lucro/(prejuízo) Bruto | Despesas gerais e adm. | Amortização investimentos | Outras receitas/(despesas), líquidas | Equivalência patrimonial | Lucro/(Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro | Resultado financeiro | Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos impostos | Imposto de renda e contribuição social | Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício |
|------------------------------|-----------------|-------------------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|--------------------------------------|--------------------------|--|----------------------|---|--|---------------------------------------|
| Controladas diretas | | | | | | | | | | | | |
| ELI01 | - | - | - | - | - | - | - | - | 12 | 12 | (3) | 9 |
| Ecorodovias Concessões | 288.021 | (164.211) | 123.810 | (81.901) | (14.835) | 83 | 626.187 | 653.344 | (309.384) | 343.960 | 82.522 | 426.482 |
| Ecoporto Santos | 163.150 | (132.635) | 30.515 | (24.506) | - | 3.405 | - | 9.414 | 71.574 | 80.988 | - | 80.988 |
| Termares | 71.485 | (51.090) | 20.395 | (18.470) | - | 461 | - | 2.386 | 31 | 2.417 | (114) | 2.303 |
| Ecorodanel | - | - | - | (117) | - | - | - | (117) | 628 | 511 | (98) | 413 |
| ELG01 | - | - | - | - | - | (209) | (2.573) | (2.782) | 2 | (2.780) | - | (2.780) |
| Ecopápio | 23.361 | (18.782) | 4.579 | (6.245) | - | 1.048 | - | (618) | 383 | (235) | 161 | (74) |
| Controladas indiretas | | | | | | | | | | | | |
| Ecovia | 293.465 | (141.987) | 151.478 | (18.635) | - | 1.302 | - | 134.145 | 7.264 | 141.409 | (45.529) | 95.880 |
| Ecosul | 473.682 | (305.793) | 167.889 | (18.859) | - | 318 | - | 149.348 | (22.082) | 127.266 | (42.511) | 84.755 |
| Ecovias | 1.090.333 | (313.552) | 776.781 | (69.392) | - | 107 | - | 707.379 | (157.044) | 550.335 | (180.615) | 369.720 |
| Eccataratas | 360.273 | (238.993) | 121.280 | (22.945) | - | 20 | - | 98.362 | (389) | 97.973 | (50.101) | 47.872 |
| Ecopistas | 364.229 | (192.789) | 171.440 | (22.884) | - | 19 | - | 148.575 | (68.506) | 80.069 | (24.897) | 55.172 |
| Eco101 | 426.558 | (437.327) | (10.769) | (12.791) | - | 168 | - | (23.392) | (30.167) | (53.559) | (923) | (54.482) |
| Ecoponte | 162.081 | (83.115) | 78.966 | (15.312) | - | (1) | - | 63.653 | (41.284) | 22.369 | (7.763) | 14.606 |
| Eco135 | 453.689 | (266.957) | 186.732 | (13.070) | - | (2) | - | 173.660 | (213.428) | (39.768) | 14.004 | (25.764) |
| Ecovias do Araguaia | 19.493 | (24.867) | (5.374) | (6.269) | - | (1) | - | (11.644) | 12.825 | 1.181 | (411) | 770 |
| Holding do Araguaia | - | - | - | (901) | - | - | 769 | (132) | (13.528) | (13.658) | - | (13.658) |
| Anish | 48 | - | 48 | (1.663) | - | - | (959) | (2.574) | 1 | (2.573) | - | (2.573) |
| Paquetá | - | - | - | - | - | - | - | (822) | (136) | (958) | (1) | (959) |
| Argovias | - | - | - | - | - | - | - | 13.129 | 7 | 13.136 | (5) | 13.131 |
| Eco050 | 458.615 | (368.953) | 89.662 | (15.405) | - | 4.187 | 13.108 | 78.444 | (59.406) | 19.038 | (5.930) | 13.108 |
| Ecovia do Cerrado | 317.646 | (246.991) | 70.655 | (12.772) | - | - | - | 57.883 | 10.609 | 68.492 | (22.999) | 45.493 |

12. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

a) Controladora

| | Hardware | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Edificações | Terrenos | Outros | Total |
|---|----------|-------------------------|---------------------|-------------|----------|--------|-------|
| Taxa anual de depreciação - % | 20,0 | 10,0 | 10,0 | 4,0 | - | - | - |
| Taxa média ponderada de depreciação - % | 7,0 | 3,1 | 9,4 | 4,0 | - | 6,3 | - |

| | CUSTO | | | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|----|-------|--------|
| Saldos em 31/12/2020 | 1.789 | 264 | 551 | 1.956 | - | 3.470 | 8.030 |
| Adições | 370 | 530 | 1 | - | - | 3.001 | 3.902 |
| Baixas | - | (113) | (498) | - | - | (47) | (658) |
| Transferências | - | - | - | (60) | 60 | - | - |
| Saldos em 31/12/2021 | 2.159 | 681 | 54 | 1.896 | 60 | 6.424 | 11.274 |

| | DEPRECIACÃO | | | | | | |
|----------------------|-------------|-------|-------|---------|---|---------|---------|
| Saldos em 31/12/2020 | (1.484) | (258) | (514) | (1.062) | - | (2.998) | (6.316) |
| Adições | (138) | (13) | (5) | (76) | - | (312) | (544) |
| Baixas | - | 113 | 470 | - | - | 47 | 630 |
| Saldos em 31/12/2021 | (1.622) | (158) | (49) | (1.138) | - | (3.263) | (6.230) |

| | RESIDUAL | | | | | | |
|---------------|----------|-----|----|-----|-----|-------|-------|
| Em 31/12/2021 | 537 | 523 | 5 | 758 | 60 | 3.161 | 5.044 |
| Em 31/12/2020 | 305 | 6 | 37 | 894 | 472 | 1.714 | 1.714 |

| | Hardware | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Edificações | Outros | Total |
|---|----------|-------------------------|---------------------|-------------|--------|-------|
| Taxa anual de depreciação - % | 20,0 | 10,0 | 10,0 | 4,0 | - | - |
| Taxa média ponderada de depreciação - % | 5,4 | 1,1 | 2,4 | 3,9 | 9,1 | - |

| | CUSTO | | | | | | |
|----------------------|-------|-----|-----|-------|-------|-------|--|
| Saldos em 31/12/2019 | 1.616 | 264 | 549 | 1.956 | 3.420 | 7.805 | |
| Adições | 173 | - | 2 | - | 50 | 225 | |
| Saldos em 31/12/2020 | 1.789 | 264 | 551 | 1.956 | 3.470 | 8.030 | |

| | DEPRECIACÃO | | | | | | |
|----------------------|-------------|-------|-------|---------|---------|---------|--|
| Saldos em 31/12/2019 | (1.393) | (255) | (501) | (986) | (2.686) | (5.821) | |
| Adições | (91) | (13) | (13) | (76) | (312) | (495) | |
| Saldos em 31/12/2020 | (1.484) | (258) | (514) | (1.062) | (2.998) | (6.316) | |

| | RESIDUAL | | | | | | |
|---------------|----------|---|----|-----|-----|-------|--|
| Em 31/12/2020 | 305 | 6 | 37 | 894 | 472 | 1.714 | |
| Em 31/12/2019 | 223 | 9 | 48 | 970 | 734 | 1.984 | |

b) Consolidado

| | Hardware | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Terrenos | Edificações | Benfeitorias | Veículos | Instalações | Outros | Total |
|---|----------|-------------------------|---------------------|----------|-------------|--------------|----------|-------------|--------|-------|
| Taxa anual de depreciação - % | 20,0 | 10,0 | 10,0 | 4,0 | 25,0 | 10,0 | - | - | - | - |
| Taxa média ponderada de depreciação - % | 5,7 | 10,2 | 5,7 | 4,5 | 1,6 | 5,2 | 7,6 | 3,7 | - | - |

| | CUSTO | | | | | | | | | |
|----------------------|---------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|--------|---------|-----------|
| Saldos em 31/12/2020 | 448.959 | 317.155 | 26.735 | 108.298 | 95.877 | 258.903 | 22.518 | 33.185 | 21.196 | 1.332.826 |
| Adições | 34.799 | 22.421 | 1.760 | - | 361 | 403 | 4.006 | 12.631 | 5.358 | 81.739 |
| Baixas | (118) | (6.327) | (555) | - | - | - | (134) | - | (4.784) | (11.918) |
| Transferências | (733) | 1.046 | 24 | 108 | (60) | (590) | - | - | (1.010) | (1.215) |



ecorodovias

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS
CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948
www.ecorodovias.com.br

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | | Resultado 31/12/2021 |
|---|-------------|--------------------------------|-----------|-------------------------|
| | 31/12/2020 | Balanco patrimonial Adições | Baixas | |
| Realização do ágio na incorporação: | | | | |
| Ecosul | 1.878 | - | (350) | 1.528 |
| Ecocatarratas | 8.464 | - | (8.463) | 1 |
| Ecopátio | 2.602 | - | (289) | 2.313 |
| Argovias | 7.720 | 3.958 | - | 11.678 |
| Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias | 18.053 | 3.593 | (4.703) | 16.943 |
| Prejuízo fiscal e base negativa (i) | 137.818 | 90.644 | (23.385) | 205.077 |
| Provisão para manutenção | 154.929 | 34.151 | (114.462) | 74.618 |
| AVP ónus Concessão | 26.955 | 21.160 | (11.744) | 36.371 |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD | 722 | 355 | (486) | 591 |
| Efeito Lei nº 12.973/14 - extinção RTT | (38.407) | - | 3.339 | (35.068) |
| Depreciação societária | (1532) | - | - | (1.532) |
| Juros capitalizados | (70.067) | (22.554) | 33.085 | (59.536) |
| Outros | 2.018 | 220 | (2.278) | (40) |
| IR e CS diferido - ativo/passivo | 251.153 | 131.527 | (129.736) | 252.944 |
| Reculta (despesas) de IR e CS diferido | - | - | - | 1.791 |

(j) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladoras: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco101, Eco050, Eco135 e Ecovias do Cerrado. Em atendimento ao CPC 32 Item 73, registramos em 31 de dezembro de 2021 R\$259.433 no ativo não circulante e R\$6.489 no passivo não circulante. (Em 31 de dezembro de 2020 R\$252.704 no ativo não circulante e R\$1.551 no passivo não circulante). A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladoras sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

| | Consolidado | |
|------------------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| 2021 | - | 122.526 |
| 2022 | 52.530 | 13.378 |
| 2023 | 11.529 | 8.844 |
| 2024 | 8.844 | 8.844 |
| 2025 | 16.041 | 15.366 |
| 2026 | 18.190 | 74.921 |
| Posteriores a 2026 (*) | 144.880 | 7.274 |
| | 252.944 | 251.153 |

(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de concessão), ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ajuste do RIT (Regime Tributário de Transição) que são amortizados pelo prazo de cada concessão.

b) **Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social:** Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 372.042 | (417.988) | 652.474 | 79.072 |
| Acordo Leniência/Não Perseguição Cível | - | - | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada | (126.494) | 142.116 | (221.841) | (26.884) |
| Ajustes para cálculo da taxa efetiva: | | | | |
| Lucros não realizados | - | - | (3.830) | (3.775) |
| Gratificações/PPR diretores | (773) | (630) | (2.237) | (1.812) |
| Equivalência patrimonial | 172.507 | 30.176 | (7) | (1) |
| Despesas indutíveis | (6) | (6) | (959) | (355) |
| Amortização de ágio | (175) | (3.941) | 29.473 | 25.014 |
| Impairment/Ativo sujeito a indenização (ii) | - | - | (104.443) | (130.040) |
| Incentivos fiscais (PAT) | - | - | 1.773 | 1.631 |
| Créditos tributários não constituídos (i) | (51.050) | (45.056) | (109.852) | (97.813) |
| Baixa créditos tributários anos anteriores (ii) | - | - | (1.100) | (233.179) |
| Operações descontinuadas | - | 2.040 | - | 2.040 |
| Acordo Leniência/Não Perseguição Cível | (3.620) | (20.526) | (4.757) | (23.131) |
| Capitalização juros s/ investimentos | - | - | 18.288 | - |
| Outros | 9.611 | 270 | 9.837 | (8.755) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | - | - | (285.212) | (497.060) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | - | - | (287.003) | (339.347) |
| Impostos diferidos | - | - | 1.791 | (157.713) |
| Taxa efetiva | - | - | 43,7% | n.m. |

(i) São compostos pelas empresas EcoRodovias Infraestrutura e Logística, Ecoporto Santos, Termares, Ecorodanel e Holding do Araguaia. (ii) Refere-se ao Impairment realizado no ano de 2020 da controlada Ecoporto Santos.

c) **Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo no início do exercício provisão IR/CS | 24.970 | 13.382 | 24.970 | 13.382 |
| Despesa IR/CS DRE | 287.003 | 339.347 | 287.003 | 339.347 |
| Total de IR/CS pagos | (293.897) | (327.759) | (293.897) | (327.759) |
| Saldo no fim do exercício provisão IR/CS | 18.076 | 24.970 | 18.076 | 24.970 |

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

| Modalidade | Companhia | Vencimento final | Taxa de juros | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|---------------|------------------|--------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Em moeda nacional: | | | | | | | |
| CCB (a) | Ecosul | 06/2021 | CDI+1,85% a.a. | - | - | - | 249.935 |
| Finame (b) | Ecocatarratas | 10/2022 | 2,5%a.a. | - | - | - | 80 |
| Finem (c) | Ecopistas | 07/2025 | IPCA + 2,45%a.a. | - | - | 15.065 | 18.958 |
| Finem (c) | Ecopistas | 06/2025 | TJLP+ 2,45%a.a. | - | - | 17.488 | 35.340 |
| Finem (d) | Eco101 | 12/2028 | TJLP + 3,84%a.a. | - | - | 146.095 | 159.438 |
| Finem (d) | Eco101 | 08/2030 | TJLP + 3,84%a.a. | - | - | 211.876 | 229.693 |
| Finem (e) | Ecoponte | 08/2032 | TJLP + 3,48%a.a. | - | - | 57.763 | 60.260 |
| Finem (e) | Ecoponte | 12/2032 | TJLP + 3,48%a.a. | - | - | 122.476 | 121.236 |
| Finem (e) | Ecoponte | 06/2034 | TJLP + 3,48%a.a. | - | - | 59.671 | 38.634 |
| BNDES (f) | Eco050 | 12/2038 | TJLP + 2% a.a. | - | - | 272.008 | 242.980 |
| BDMG (g) | Eco050 | 12/2038 | TJLP + 2% a.a. | - | - | 93.135 | 95.832 |
| FINISA - CEF (h) | Eco050 | 12/2038 | TJLP + 2% a.a. | - | - | 273.945 | 282.209 |
| FDCC - CEF (i) | Eco050 | 04/2036 | 7,5% a.a. | - | - | 135.351 | 131.452 |
| BNDES (j) | Eco135 | 06/2043 | IPCA TLP+3,49%a.a. | - | - | 209.655 | 115.934 |
| Finame (k) | Eco135 | 07/2026 | IPCA TLP+3,40%a.a. | - | - | 3.279 | - |
| Finame (k) | Eco135 | 09/2026 | IPCA TLP+3,40%a.a. | - | - | 89 | - |
| Finame (k) | Eco135 | 07/2026 | IPCA TLP+3,40%a.a. | - | - | 5.342 | - |
| Finame (k) | Eco135 | 12/2026 | IPCA TLP+4,08%a.a. | - | - | 2.367 | - |
| 7ª Emissão NP - EIL (l) | Ecolnra | 03/2022 | CDI + 4,00% a.a. | 1.257.663 | 1.243.363 | 1.257.663 | 1.243.363 |
| | | | | 1.257.663 | 1.243.363 | 2.883.268 | 3.025.344 |
| Circulante | | | | 1.257.663 | 135.522 | 1.353.123 | 485.975 |
| Não circulante | | | | - | 1.107.841 | 1.530.145 | 2.539.369 |

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| 2022 | - | 1.107.841 | - | 1.195.524 |
| 2023 | - | - | 93.061 | 91.494 |
| 2024 | - | - | 101.965 | 93.926 |
| 2025 | - | - | 106.666 | 97.749 |
| 2026 | - | - | 111.379 | 101.613 |
| 2027 | - | - | 116.358 | 109.044 |
| Posteriores a 2027 | - | - | 1.000.716 | 850.019 |
| | - | 1.107.841 | 1.530.145 | 2.539.369 |

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo no início do exercício | 1.243.363 | 1.362.290 | 1.243.363 | 1.362.290 |
| Adições (*) | - | 1.212.416 | 3.025.344 | 1.659.844 |
| Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27) | 112.409 | 61.890 | 277.279 | 180.903 |
| Pagamento principal (*) | (90.000) | (30.000) | (1.837.150) | (109.162) |
| Pagamento de juros | (8.109) | (943) | (147.632) | (88.531) |
| Saldo no fim do exercício | 1.257.663 | 1.243.363 | 2.883.268 | 3.025.344 |
| Circulante | 1.257.663 | 135.522 | 1.353.123 | 485.975 |
| Não circulante | - | 1.107.841 | 1.530.145 | 2.539.369 |

(*) A principal adição e baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se a:

Holding do Araguaia S.A.: Em 05 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, para distribuição pública, com estornos restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Comerciais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), da Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566"). A emissão foi realizada em série única, totalizando 280 Notas Comerciais, com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo o montante total de R\$1.400.000 (R\$1.398.174 líquidos). As notas promissórias serão remuneradas à taxa de CDI + 1,35% a.a. com vencimento no dia 08 de fevereiro de 2022. O contrato foi quitado em 29 de outubro de 2021. Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

| Item | Empresa | Instituição financeira | Índices financeiros exigidos | Garantias | |
|------|---|------------------------|--|---|------------|
| | | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| (a) | Ecosul | Santander | Dívida Líquida / EBITDA ≤ 3,75 | N/A | |
| (b) | Ecocatarratas | Itaú | Não exigem manutenção dos índices. | Alienação do bem. | |
| (c) | Ecopistas | BNDES | (i) Patrimônio Líquido/Passivo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,20; e (iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 4,0. Após o Completion não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. | Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato. | |
| (d) | Eco101 | BNDES | (i) Patrimônio Líquido/Ativo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. | Cessão de direitos creditórios até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato. | |
| (e) | Ecoponte | BNDES | Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30. Após o Completion não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Interventente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 4,00 | Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato. | |
| (f) | Eco050 | BNDES | Beneficiária: ICSD ≥ 1,2 / PL/AT ≥ 20%. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ≤ 4,00 | Fiança Solidária/ Penhor de 100% das ações da Beneficiária / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato. | |
| (g) | Eco050 | BDMG | Beneficiária: ICSD ≥ 1,2 / PL/AT ≥ 20%. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ≤ 4,00 | Fiança Solidária / Penhor de 100% das ações da Beneficiária/ Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato. | |
| (h) | Eco050 | Caixa/ FINISA | Beneficiária: ICSD ≥ 1,2 / PL/AT ≥ 20%. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ≤ 4,00 | Penhor de 100% das ações da Beneficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato. | |
| (i) | Eco050 | FDCC | Beneficiária: ICSD ≥ 1,2 / PL/AT ≥ 20%. Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ≤ 4,00 | Penhor de 100% das ações da Beneficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato. | |
| (j) | Eco135 | BNDES | Beneficiária: ICSD ≥ 1,3 / PL/AT ≥ 20%. Após o Completion não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervententes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ≤ 4,00 | Penhor de 100% Ações / Cessão Fiduciária de Direitos creditórios até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato. | |
| (k) | Eco135 | Santander | Não exigem manutenção de índices | Alienação do bem. | |
| (l) | EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. | Bradesco | Não exigem manutenção de índices | N/A | |

A Companhia apresenta a seguir os índices financeiros em 31 de dezembro de 2021.

| Índices financeiros Ecopistas | Exigido | Medido |
|--|---------|---------|
| (i) Patrimônio líquido/passivo total | ≥ 20% | 51,54% |
| (ii) ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida (a) | ≥ 1,20 | 0,77(*) |
| (iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado | < 4,00 | 2,01 |

| Índices financeiros Eco101 (b) | Exigido | Medido |
|---|---------|--------|
| (i) ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida | ≥ 1,30 | 0,67 |
| (ii) Patrimônio líquido ajustado/passivo total ajustado | ≥ 20% | 57,8% |

| Índices financeiros Ecoponte | Exigido | Medido |
|--|---------|--------|
| (i) Patrimônio líquido/passivo total | ≥ 20% | 31,40% |
| (ii) ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida | ≥ 1,30 | 1,88 |
| (iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) | ≥ 4,00 | 2,83 |

| Índices financeiros Eco050 | Exigido | Medido |
|---|---------|--------|
| (i) Beneficiária: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida | ≥ 1,20 | 1,84 |
| (ii) Beneficiária: Patrimônio Líquido / Passivo Total | ≥ 20% | 41,30% |
| (iii) Interventente: Dívida líquida/EBITDA ajustado | ≥ 4,00 | 2,83 |

| Índices financeiros Eco135 | Exigido | Medido |
|--|---------|--------|
| (i) Cobertura de dívida | ≥ 1,30 | 2,06 |
| (ii) Patrimônio líquido ajustado/passivo total ajustado | ≥ 20% | 59,59% |
| (iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) | ≥ 4,00 | 2,79 |

As controladas da Companhia estão adimplentes com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos. Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. Os subcréditos e liberações efetuados são como segue:

| Subcrédito (*) | Total | Liberação | Amortização | Parcelas |
|----------------|--------|-----------|-------------|-------------|
| a | 99.200 | 99.200 | 99.200 | 114 mensais |
| b | 85.528 | 85.528 | 85.528 | 114 mensais |
| c | 27.999 | 27.999 | 23.578 | 114 mensais |
| d | 21.769 | 21.769 | 16.327 | 8 anuais |
| e | 11.281 | 11.281 | 7.125 | 114 mensais |
| f | 22.438 | 22.438 | 14.172 | 114 mensais |
| g | 9.169 | 9.169 | - | 10 anuais |
| Total | 2 | | | |



Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ecovias dos Imigrantes: Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 600.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$600.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,05% a.a. O prazo de vencimento do valor principal será de 12 meses e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente em duas parcelas, sem carência, ambas a partir da data de emissão. Em 10 de maio de 2021, ocorreu a entrada de recursos das referidas debêntures. Em 20 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul, aprovou a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 370.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$370.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,65% a.a. O prazo de vencimento do principal será de 3 anos, contados da data de emissão e o pagamento da remuneração será realizado em duas parcelas anuais, e consecutivas devida a partir do 2º ano contado da data de emissão. Em 02 de junho de 2021, ocorreu a entrada de recursos das referidas debêntures. Holding do Araguaia: Em 23 de setembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fiduciária adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos no valor total de R\$1.400.000.000. A emissão é composta por 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) debêntures de valor nominal de R\$1.000 (mil reais) cada. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e no Decreto nº 8.874, tendo em vista o enquadramento do Projeto como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura. As debêntures serão remuneradas pelo IPC-A + 5,6647% ao ano. A remuneração será paga em 29 parcelas semestrais e consecutivas, devida sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de outubro de 2022. A amortização do principal será realizada em 26 parcelas semestrais e consecutivas, devida sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de abril de 2024. A entrada de recursos ocorreu em 28 de outubro de 2021. Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, as controladas estão adimplentes com os referidos índices:

| Empresa | Emissão | Descrição da cláusula | Índice requerido | Atingido |
|------------------------|---------|---|------------------|----------|
| Ecosul | 4ª | Dívida líquida/Ebitda ajustado | ≤ 4,00x | 1,49 |
| Ecovias | 2ª | Dívida líquida/Ebitda ajustado | < 3,5x | 2,17 |
| | | Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida | > 2,0x | 5,13 |
| | 3a | Dívida líquida/Ebitda ajustado | ≤ 4,75x | 2,17 |
| Ecopistas | 1ª | Patrimônio líquido/Passivo total | > 20% | 51,54% |
| | | ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida | ≥ 1,20x | 1,40 |
| | | Dívida líquida/Ebitda ajustado | < 4,0x | 2,01 |
| | | Dívida líquida Total/Ebitda ajustado | ≤ 5,5x | 2,81 |
| Ecorodovias Concessões | 2ª | Dívida líquida/Ebitda | < 3,50x | 2,91 |
| | | Ebitda/Despesa financeira líquida | > 2,0x | 2,51 |
| | 4ª | Dívida líquida/Ebitda | ≤ 4,75x | 2,79 |
| | | Dívida líquida/Ebitda ajustado | ≤ 3,75x | 2,83 |
| | | Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida | ≥ 2,0x | 2,58 |
| | 7ª | Dívida líquida/Ebitda ajustado | ≤ 3,75x | 2,83 |
| | | Dívida líquida/Ebitda ajustado | ≤ 4,00x | 2,79 |
| | 8ª | Dívida líquida/Ebitda ajustado | ≤ 4,00x | 2,79 |
| | 10ª | Dívida líquida/Ebitda ajustado | ≤ 4,75x | 2,79 |
| Eco050 | 1ª | ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida | ≥ 1,20x | 1,82 |
| | | Patrimônio líquido/Passivo total | > 20% | 41,30% |
| Ecoponte | 1ª | ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida | ≥ 1,30x | 1,88 |
| | | PL Ajustado/Passivo Total | > 20% | 31,7% |
| Holding do Araguaia | 1ª | Dívida líquida/EBITDA ajustado - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. | ≤ 5,50x | 2,79 |

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos. Os covenants não financeiros prevêm cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, seja em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento: | 420 | 86 | 25.817 | 40.402 |
| Circulante | 420 | 86 | 17.568 | 23.412 |
| Não circulante | - | - | 8.249 | 16.990 |

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo inicial | 86 | - | 40.402 | 12.772 |
| Adições | 1.391 | 897 | 12.920 | 58.510 |
| Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27) | 100 | 21 | 8.865 | 8.877 |
| Pagamento principal | (1.057) | (811) | (27.935) | (30.880) |
| Pagamento de juros | (100) | (21) | (8.865) | (8.877) |
| Saldo no fim do exercício | 420 | 86 | 25.817 | 40.402 |

18. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em todo o momento, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revise os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). Em 31 de dezembro de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

| Controladora | Natureza | Ativo | | Resultado | |
|---|---------------------|------------|---------------------------|-----------|------------------------|
| | | Circulante | Não circulante Intangível | Receita | Receita Juros de mútuo |
| Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a) | Controlada direta | 152 | - | - | - |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (b) | Controlada indireta | 66 | - | 763 | - |
| Concessionária do Rodovias Norte S.A. | Controlada direta | 80 | - | - | - |
| Ecordanell (c) | Controlada direta | - | - | - | 242 |
| Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (d) | Controlada direta | - | - | 18 | - |
| Itinerá Construções Ltda (p) | Outras partes | 18 | - | 18 | - |
| Igli do Brasil (p) | Outras partes | 18 | - | 18 | - |
| Total em 31 de dezembro de 2021 | | 334 | - | 799 | 242 |
| Total em 31 de dezembro de 2020 | | 373 | 5.304 | 715 | 150 |

| Consolidado | Natureza | Ativo | | Resultado | |
|---|----------------------------|------------|---------------------------|------------|--------------------|
| | | Circulante | Não circulante Intangível | Circulante | Receita de Imóveis |
| CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora Betumes Ltda. (e) | Outras partes relacionadas | - | 87.965 | 2.375 | - |
| Consórcio Binário Porto de Santos (f) | Outras partes relacionadas | - | 547 | 243 | - |
| Consórcio Alça da Ponte (g) | Outras partes relacionadas | - | 15.051 | 6.697 | - |
| Consórcio BR050 (h) | Outras partes relacionadas | - | 75.796 | 4.865 | - |
| Consórcio SP-070 (i) | Outras partes relacionadas | - | 22.806 | 1.834 | - |
| Itinerá Construções Ltda (j) | Outras partes relacionadas | - | 22.531 | 17.234 | 206 |
| Consórcio NN Engenharia e Consultoria (k) | Outras partes relacionadas | - | - | 825 | 4.183 |
| Consórcio PSG (l) | Outras partes relacionadas | - | - | 257 | - |
| Consórcio Baixada Santista (m) | Outras partes relacionadas | - | 13.499 | 1.750 | - |
| Consórcio BR050 (n) | Outras partes relacionadas | 309 | - | - | - |
| Igli do Brasil (c) | Outras partes relacionadas | 19 | - | - | - |
| SINELEC SPA (o) | Outras partes relacionadas | - | 895 | - | - |
| Itinerá Construções Ltda (p) | Outras partes relacionadas | 18 | - | - | 18 |
| Igli do Brasil (p) | Outras partes relacionadas | 18 | - | - | 18 |
| Crasa Infraestrutura (r) | Outras partes relacionadas | - | 51 | - | - |
| Total em 31 de dezembro de 2021 | | 364 | 239.141 | 36.080 | 4.425 |
| Total em 31 de dezembro de 2020 | | 1 | 165.956 | 9.888 | - |

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir: (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de Remuneração dos Administradores). (b) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$66, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos. (c) A Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$80 com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços já incorridos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$19. (d) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021. (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencente ao consórcio da Crasa Infraestrutura S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocatarras, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$147.050. O prazo para execução desses será até 30 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de R\$2.375 (sobre os serviços já realizados) tem vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (f) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas Itinerá Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviço de "Ampliação da Segunda Fase da adequação do sistema viário entre os KM 61,5 e KM 65 da SP-150 (Anchieta)" à Ecovias dos Imigrantes. O preço global firmado é de R\$135.367 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto de R\$243 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (g) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A. e Itinerá Construções Ltda, prestará serviços de construção civil. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$6.597 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (h) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinerá Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação do Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 65+700 ao 314+000. O preço global firmado é de R\$170.372 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$4.865 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (i) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinerá Construções Ltda, presta serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado é de R\$57.354 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2021. O saldo em aberto de R\$1.834 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (j) A Itinerá Construções Ltda, parte relacionada, presta serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado é de R\$710.895 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$17.234 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (k) O Consórcio NN Engenharia e Consultoria, prestará serviços de construção civil. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$257 referente-se a provisão de pagamento. (l) O Consórcio PSG, prestará serviços de construção civil. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$257 e refere-se a provisão de pagamento. (m) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinerá Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAU - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Usina da Ecovia". O preço global firmado é de R\$18.731 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto de R\$1.750 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (n) O saldo refere-se a venda de ativos ao Consórcio BR050, conforme NF 28.333.334. O valor total da venda é de R\$ 1.544, parcelado em dez vezes, a serem descontadas das medições de pagamento. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 309. (o) A SINELEC SPA, presta serviço no desenvolvimento e implementação de prova de conceito para sistema Multilane Freeflow Tolling à: Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Eco101 Concessionária de Rodovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$5.079. O prazo para execução destes trabalhos será em 31 de maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo em aberto a pagar. (p) A Itinerá Construções Ltda. e IGLI do Brasil Participações Ltda, firmaram contrato de locação de salas na sede da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. O preço global firmado é de R\$190 e o prazo final é 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber é de R\$ 36. (q) Refere-se a reembolso de despesas. (r) A Crasa Infraestrutura S.A., presta serviços de recuperação do pavimento para a controlada Ecopistas. O preço global firmado é de R\$ 7.535 e o prazo final para execução destes serviços foi 30 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo a pagar. Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2021 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

| Mutuante | Mutuário | Emissão | Vencimento | Taxa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------|------------------------|---------|------------|-----------------------|------------|------------|
| Ecorodovias Concessões | Ecopistas | 10/2010 | 03/2025 | 100% CDI + 1,20% a.a. | 163.597 | 156.172 |
| Companhia | Termares | 11/2015 | 12/2021 | 105,0% CDI | - | 5.304 |
| Termares | Ecoporto Santos | 09/2015 | 12/2021 | 105,0% CDI | - | 1.060 |
| Ecovia | Ecorodovias Concessões | 12/2021 | 06/2022 | 100% CDI | 70.410 | - |
| Ecocatarras | Ecorodovias Concessões | 12/2021 | 06/2022 | 100% CDI | 80.490 | - |
| | | | | | 314.497 | 162.536 |

Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em R\$14.955 (R\$13.297 para o exercício de 2020), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Remuneração (fixa/variável) | 4.846 | 5.019 | 22.872 | 19.516 |
| Gratificação (a) | 1.486 | 390 | - | 390 |
| ILP Gavio (b) | 1.314 | 414 | 1.314 | 414 |
| Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock) (c) | (188) | 274 | (2.461) | 1.140 |
| Seguro de vida | 3 | 3 | 46 | 44 |
| Assistência saúde | 166 | 177 | 1.298 | 1.297 |
| Previdência privada | 91 | 77 | 686 | 602 |
| FGTS | 65 | - | 836 | - |
| INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS) | 221 | 340 | 2.995 | 3.367 |
| Diretores estatutários | 8.004 | 6.694 | 29.857 | 26.770 |
| Conselho de Administração | 3.121 | 3.472 | 3.178 | 3.472 |
| Conselho Fiscal | 754 | 743 | 784 | 743 |
| Remuneração Global | 11.909 | 10.909 | 33.819 | 30.985 |

(a) Refere-se a gratificação extraordinária paga aos diretores executivos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração; (b) Refere-se ao provisionamento e pagamento do incentivo de longo prazo previsto no contrato de trabalho do Diretor Executivo de Negócios Rodoviários, sendo este contratado pelo controlador. Os pagamentos foram realizados dentro dos parâmetros previstos pela legislação tributária brasileira; (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração baseada em ações está negativa, em função da redução do valor da ação da Companhia (ECOR3), base para a constituição da provisão de R\$13,37 em 31 de dezembro de 2020, para R\$7,32 em 31 de dezembro de 2021.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com taxas que variam entre 7,92% e 10,50% (8,37% a 10,50% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) de cada concessionária. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos, estando demonstrados a seguir:

| | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | |
|---|----------------|-----------|-------------------|-------------|
| | Adição (custo) | Pagamento | Efeito financeiro | 31/12/2021 |
| Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26) | 1.757.723 | 93.161 | - | 1.850.884 |
| Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26) | (361.198) | (29.458) | - | (390.656) |
| Realização da manutenção | (1.219.309) | - | (259.443) | (1.478.752) |
| Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 27) | 279.338 | - | - | 320.895 |
| | 455.954 | 63.703 | (259.443) | 41.657 |
| Circulante | 262.142 | - | - | 262.142 |
| Não circulante | 193.812 | - | - | 193.812 |

| | 31/12/2019 | | 31/12/2020 | |
|---|----------------|-----------|-------------------|-------------|
| | Adição (custo) | Pagamento | Efeito financeiro | 31/12/2020 |
| Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26) | 1.614.322 | 143.401 | - | 1.757.723 |
| Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26) | (329.573) | (31.625) | - | (361.198) |
| Realização da manutenção | (1.099.665) | - | (120.244) | (1.219.909) |
| Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 27) | 241.255 | - | - | 279.338 |
| | 426.339 | 111.776 | (120.244) | 416.871 |
| Circulante | 147.328 | - | - | 147.328 |
| Não circulante | 279.011 | - | - | 279.011 |

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pelas controladas indiretas. Os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos e financiamentos no ano de constituição da provisão até 31 de dezembro de 2019. A partir de 01 de janeiro de 2020 a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) de cada concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

||
||
||

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18.9.2019, sendo que o acórdão ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos calendários 2016 a 2019, em 02 de junho de 2021 foi apresentada impugnação ao ANTT, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021 foi apresentado recurso voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$232.456 (R\$133.479 em 31 de dezembro de 2020). Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocação para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** A composição do capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

| Acionistas | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---------------------------------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| | Quantidade de ações | Participação | Quantidade de ações | Participação |
| Igll do Brasil Participações Ltda (i) | 321.627.460 | 46,189% | - | - |
| Primav Infraestrutura S.A. (j) | - | - | 357.504.226 | 63,988% |
| IGLI S.p.A. | 34.755.850 | 4,991% | 27.879.084 | 4,990% |
| Outros (free-float) | 339.237.916 | 48,718% | 172.602.772 | 30,894% |
| Ações em tesouraria | 712.998 | 0,102% | 712.998 | 0,128% |
| Total ações ordinárias | 696.334.224 | 100,000% | 558.699.080 | 100,000% |

(i) Conforme fato relevante, divulgado em 11 de março de 2021, ocorreu o "first closing" da operação da reestruturação societária da então controladora Primav Infraestrutura S.A., sendo que nesta data ocorreu a cisão parcial da Primav, com a versão de 232.504.226 ações ordinárias de emissão da Companhia para a Igll do Brasil Participações Ltda. Em 31 de dezembro de 2021, a Primav Infraestrutura S.A. possui 105.000.000 de ações e está demonstrada no grupo "Outros (free-float)". Em reunião realizada no dia 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$1.720.439, por meio da emissão de 137.635.144 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, é de R\$2.055.574 (descontados os custos com emissão, conforme quadro demonstrado abaixo), representados por 696.334.224 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020 era de R\$360.900 (descontados os custos com emissão, conforme quadro demonstrado abaixo), representados por 558.699.080 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

| | 31/12/2020 | Aumento de Capital | 31/12/2021 |
|----------------------------|------------|--------------------|------------|
| Capital Social Estatutário | 381.050 | 1.720.439 | 2.101.489 |
| Custos com emissão (ii) | (20.150) | (27.034) | (47.184) |
| Capital Social | 360.900 | 1.693.405 | 2.054.305 |

(ii) Os custos com emissões de ações referem-se aos custos com transação, tais como: gastos com elaboração de prospectos e relatórios, remuneração dos serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento, corretores, etc), taxas e comissões, custos com transferência e custos de registro, (*) Gastos adicionais incorridos referentes aos esforços para novo funding no ano de 2021.

b) **Reserva de lucros - legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o total de reserva legal é de R\$278. c) **Dividendos propostos:** Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram pagos valores a títulos de dividendos. O montante de R\$1.319 que está registrado no passivo circulante refere-se ao mínimo obrigatório do exercício de 2021, conforme quadro abaixo e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| Lucro/(prejuízo) líquido do exercício | 372.042 | (423.988) |
| Prejuízo exercícios anteriores | (366.487) | (185.460) |
| Lucro/(prejuízo) líquido do exercício ajustado | 5.555 | (609.448) |
| Absorção do prejuízo: | | |
| Reserva Legal | - | 46.140 |
| Reserva de orçamento de capital | - | 196.821 |
| Prejuízos acumulados | - | (366.487) |
| Proposta da Administração: | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (1.319) | - |
| Reserva Legal | (278) | - |
| Dividendos adicionais propostos | (3.958) | - |

d) **Ações em tesouraria:** O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para reversão, realocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia. A Companhia mantém em tesouraria 712.998 ações ordinárias, que calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2021, de R\$7,32 (R\$13,37 em 31 de dezembro de 2020) representam R\$5.219. A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825 transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social. e) **Participação de acionistas não controladores:** A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

| | 31/12/2021 |
|--|------------|
| Saldo no início do período | - |
| Aporte de Capital (*) | 214.509 |
| Participação nos lucros/(prejuízos) do período | (4.780) |
| Saldo no fim do período | 209.729 |

(*) Os aportes foram realizados pela GLP X Participações S.A. na controlada Holding do Araguaia S.A., em 06 de agosto de 2021, no montante de R\$3; em 10 de agosto de 2021, no montante de R\$183.747 e em 28 de outubro no montante de R\$30.759. Com estes aportes, a GLP X Participações S.A. passou a deter 35% de participação no capital social da controlada Holding do Araguaia S.A. Em 06 de agosto de 2021, também foi realizada a assinatura do Acordo de Acionistas entre a Companhia, através da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a GLP X Participações S.A.

25. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Receitas com arrecadação de pedágio (a) | 3.463.568 | 3.023.853 |
| Receitas de construção (b) | 1.163.434 | 981.472 |
| Receitas portuárias (c) | 518.730 | 390.829 |
| Receitas acessórias (d) | 108.602 | 96.134 |
| Receitas logísticas (e) | 27.121 | 32.363 |
| Receita bruta total | 5.281.455 | 4.524.651 |
| Deduções da receita (h) | (416.829) | (358.347) |
| Deduções do reconhecimento da receita (g) | (212.865) | (166.518) |
| Receita líquida | 4.651.761 | 3.999.786 |

Base de cálculo de impostos

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Receitas com arrecadação de pedágio | 3.463.568 | 3.023.853 |
| Receitas portuárias | 518.730 | 390.829 |
| Receitas logísticas | 27.121 | 32.363 |
| Receitas acessórias e intercompany | 108.602 | 96.134 |
| | 4.118.021 | 3.543.179 |
| Deduções | | |
| PIIS (i) | (168.703) | (143.840) |
| PS (ii) | (36.567) | (31.170) |
| ISS (iii) | (209.875) | (180.864) |
| Outros - ICMS | (3) | (4) |
| Dedução do reconhecimento da receita | (212.865) | (166.518) |
| Abatimentos | (1.681) | (2.469) |
| | (629.694) | (524.865) |

i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%. ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%. iii. Alíquota de média de 5,0%. (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos. São receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares. (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (e) Refere-se as receitas auferidas pela Ecoporto Logística Cubatão Ltda. As operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia. (f) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo Ecorodovias. (g) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes. (h) Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Pessoal | 11.745 | 12.542 | 440.488 | 376.745 |
| Conservação e manutenção e outros | 392 | 408 | 180.145 | 141.697 |
| Serviços de terceiros (i) | 11.406 | 14.446 | 291.508 | 244.614 |
| Seguros | 1.259 | 1.222 | 24.966 | 19.014 |
| Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21) | - | - | 85.613 | 73.347 |
| Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19) | - | - | 63.703 | 111.776 |
| Custo de construção de obras | - | - | 1.163.434 | 981.472 |
| Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 12 e 13) | 1.326 | 1.345 | 691.144 | 547.061 |
| Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras | 475 | 594 | 14.015 | 13.634 |
| Outros custos e despesas operacionais | 801 | 1.271 | 135.437 | 184.717 |
| | 27.404 | 31.828 | 3.090.453 | 2.694.077 |
| Classificados como: | | | | |
| Custo dos serviços prestados | - | - | 2.811.871 | 2.356.815 |
| Despesas gerais e administrativas | 27.404 | 31.828 | 278.582 | 337.262 |
| | 27.404 | 31.828 | 3.090.453 | 2.694.077 |

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

27. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2019 |
| Receitas financeiras: | | | | |
| Receita de aplicações financeiras | 22.774 | 1.958 | 115.597 | 51.744 |
| Juros sobre Mútuos | 242 | 150 | - | - |
| Atualização monetária de créditos fiscais | 1 | 120 | 3.738 | 2.972 |
| Receita aplicação - conta garantida TAM ARTESP - Ecovias (*) | - | - | 17.866 | - |
| Atualização monetária venda Elog | 2.745 | 4.005 | 2.745 | 4.005 |
| Atualização monetária ativo sujeito à indenização | - | - | 103.729 | - |
| Outras | 315 | 191 | 4.022 | 4.181 |
| | 26.077 | 6.424 | 247.697 | 62.902 |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Juros sobre debêntures | (6.793) | (32.441) | (372.390) | (298.218) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (112.409) | (61.890) | (256.942) | (176.782) |
| Variação monetária sobre debêntures | - | - | (281.894) | (116.359) |
| Amortização de custos com emissão de debêntures | (579) | (5.910) | (18.119) | (18.928) |
| Variação monetária sobre direito de outorga | - | - | (201.018) | (179.259) |
| Ajuste a valor presente - provisão de manutenção e provisão de obras futuras | - | - | (41.730) | (39.536) |
| Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos | - | - | (20.337) | (4.121) |
| Juros capitalizados | - | - | 129.492 | 46.907 |
| Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras | (1.275) | (360) | (17.564) | (8.785) |
| Atualização monetária sobre obrigações fiscais | (100) | (21) | (29.742) | (6.877) |
| Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (R2) | (8.938) | (4.745) | (4.842) | (29.069) |
| Outras | (130.094) | (105.486) | (1.163.151) | (849.567) |
| | (104.017) | (99.062) | (915.454) | (786.665) |

(*) Refere-se à receita de aplicação financeira da conta garantia, em favor do Governo do Estado de São Paulo, em virtude da assinatura do Termo Aditivo Operativo - TAM provisório em abril/2021 (18/2021), e da assinatura do TAM definitivo em novembro/2021 (19/2021), da controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.iii). O valor foi integralmente transferido ao Governo do Estado de São Paulo no âmbito da assinatura do aditivo à título de Ônus da Concessão.

28. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - CONSOLIDADO

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| Lucro (prejuízo) básico e diluído - resultado do exercício | 0,59 | (0,76) |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído - resultado de operações continuadas | 0,59 | (0,75) |
| a) Lucro (prejuízo) básico por ação | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia | 372.042 | (423.988) |
| Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas | 372.042 | (417.988) |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas | 631.099 | 558.699 |
| Média ponderada das ações em tesouraria | (713) | (774) |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação | 630.386 | 557.925 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$ | 0,59 | (0,76) |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação de operações continuadas - R\$ | 0,59 | (0,75) |

b) **Lucro (prejuízo) diluído:** A Companhia não possui dívida conversível em ações, e o plano de opção com base em ações a empregados (Stock Options) expirou em 28 de abril de 2020.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital: O Grupo Ecorodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo de caixa e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa trimestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|-------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Dívida (i) | 1.258.083 | 1.393.012 | 12.590.154 | 9.501.878 |
| Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva | (10.928) | (5.818) | (3.285.720) | (1.469.708) |
| Dívida líquida | 1.247.155 | 1.387.194 | 9.304.434 | 8.032.170 |
| Patrimônio líquido (ii) | 2.120.309 | 56.181 | 2.330.038 | 56.181 |
| Índice de endividamento líquido | 0,59 | 24,69 | 3,99 | 142,97 |

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais: • A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 102,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (102,5% em 31 de dezembro de 2020), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

| | Classificação | Saldo contábil | Valor justo |
|---|----------------------------------|----------------|-------------|
| Ativos: | | | |
| Caixa e bancos (i) | Valor justo através do resultado | 19.043 | 19.043 |
| Clientes (ii) | Custo amortizado | 204.197 | 204.197 |
| Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (i) | Valor justo através do resultado | 2.294.601 | 2.294.601 |
| Outros créditos - conta reserva - Ecovias do Araguaia (vi) | Valor justo através do resultado | 1.072.617 | 1.072.617 |
| Passivos: | | | |
| Fornecedores (ii) | Custo amortizado | 220.801 | 220.801 |
| Empréstimos e financiamentos (iii) | Custo amortizado | 2.883.268 | 2.793.383 |
| Debêntures (iii) | Custo amortizado | 7.076.353 | 6.292.632 |
| Arrendamentos a pagar (iii) | Custo amortizado | 25.817 | 25.817 |
| Obrigações com Poder Concedente (iv) | Custo amortizado | 1.532.099 | 2.568.064 |
| Obrigações com Poder Concedente (vi) | Valor justo através do resultado | 1.072.617 | 1.072.617 |
| Phantom Stock Option (v) | Custo amortizado | 4.073 | 4.073 |

(i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço. (ii) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente". (v) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. (vi) Conforme Nota Explicativa nº 9.a), o valor refere-se a conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço.

Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco Subcategoria

Estratégico: Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;

Operacional: meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;

Financeiro: Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;

Compliance: Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e

Reputacional: Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão Individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciadas voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as variáveis, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a aliar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação à avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: **a) Risco de mercado:** O risco de mercado

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

| 31/12/2021 | | | | | | |
|--|-------------|-----------|-----------|--------------------|-------------|-------------|
| Resultado | Concessões | Portos | Logística | Holding e serviços | Eliminações | Consolidado |
| Receita líquida..... | 4.420.063 | 234.635 | 23.361 | 286.069 | (314.367) | 4.651.761 |
| Custo dos serviços prestados..... | (2.621.325) | (183.724) | (18.783) | (164.211) | 176.172 | (2.611.871) |
| Lucro bruto..... | 1.798.738 | 50.911 | 4.578 | 123.858 | (138.195) | 1.839.890 |
| Despesas gerais e administrativas..... | (228.451) | (42.976) | (6.245) | (112.670) | 111.760 | (278.582) |
| Amortização de investimentos..... | - | - | - | (15.349) | 15.349 | - |
| Outras receitas/despesas..... | 6.012 | 3.865 | 1.049 | (3.523) | (763) | 6.640 |
| Equivalência patrimonial..... | - | - | - | 1.143.906 | (1.143.926) | (20) |
| Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro... .. | 1.576.299 | 11.800 | (619) | 1.136.222 | (1.155.775) | 1.567.926 |
| Resultado financeiro..... | (560.982) | 71.605 | 383 | (427.042) | 582 | (633.564) |
| Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos..... | 1.015.317 | 83.405 | (235) | 709.180 | (1.155.193) | 652.477 |
| Imposto de renda e contribuição social..... | (367.773) | (114) | 161 | 82.514 | - | (285.212) |
| Resultado das operações continuadas..... | 647.544 | 83.291 | (74) | 791.694 | (1.155.193) | 367.262 |
| Resultado das operações descontinuadas..... | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício..... | 647.544 | 83.291 | (74) | 791.694 | (1.155.193) | 367.262 |
| Resultado dos minoritários..... | - | - | - | - | (4.780) | (4.780) |

| 31/12/2020 | | | | | | |
|-----------------------------|------------------------|---------|-----------|--------------------|-------------|-------------|
| Balanco Patrimonial | Concessões Rodoviárias | Portos | Logística | Holding e serviços | Eliminações | Consolidado |
| Ativo..... | 9.865.857 | 449.681 | 76.131 | 7.657.653 | (6.955.682) | 11.093.640 |
| Ativo circulante..... | 1.331.609 | 61.052 | 18.683 | 851.320 | (512.576) | 1.750.088 |
| Ativo não circulante..... | 8.534.248 | 388.629 | 57.448 | 6.806.333 | (6.443.106) | 9.343.552 |
| Passivo..... | 9.865.857 | 449.681 | 76.131 | 7.657.653 | (6.955.682) | 11.093.640 |
| Passivo circulante..... | 1.479.446 | 209.964 | 1.451 | 1.341.415 | (512.577) | 2.518.599 |
| Passivo não circulante..... | 4.791.668 | 120.610 | 1.330 | 4.489.824 | (894.672) | 8.518.760 |
| Patrimônio líquido..... | 3.595.743 | 119.107 | 73.350 | 1.826.414 | (5.558.433) | 56.181 |

| 31/12/2020 | | | | | | |
|--|-------------|-----------|-----------|--------------------|-------------|-------------|
| Resultado | Concessões | Portos | Logística | Holding e serviços | Eliminações | Consolidado |
| Receita líquida..... | 3.824.891 | 169.629 | 27.770 | 246.582 | (269.086) | 3.999.768 |
| Custo dos serviços prestados..... | (2.230.597) | (124.101) | (17.760) | (140.650) | 156.293 | (2.356.815) |
| Lucro bruto..... | 1.594.294 | 45.528 | 10.010 | 105.932 | (112.793) | 1.642.971 |
| Despesas gerais e administrativas..... | (239.528) | (49.892) | (7.073) | (105.221) | 64.452 | (337.262) |
| Amortização de investimentos..... | - | - | - | (26.923) | 26.923 | - |
| Outras receitas/despesas..... | 1.663 | (75.435) | 5 | (367.309) | 1.108 | (439.968) |
| Equivalência patrimonial..... | - | - | - | 629.931 | (629.935) | (4) |
| Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro... .. | 1.356.429 | (79.799) | 2.942 | 236.410 | (650.245) | 865.737 |
| Resultado financeiro..... | (472.740) | (17.930) | 125 | (296.120) | - | (786.665) |

Conselho de Administração

| Membros Efetivos | | Comitê de Gestão de Pessoas e Governança |
|---|--|--|
| Marco Antonio Cassou - Presidente | | Vago |
| Juan Angoitia Grijalba | | Marco Antonio Cassou |
| Beniamino Gavio - Vice-Presidente | | Alberto Rubegni (Coordenador interino) |
| Alberto Rubegni | | |
| Umberto Tosoni | | |
| Alberto Gargioni | | |
| Cesar Beltrão De Almeida | | |
| Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (independente) | | |
| [Vago] (independente) | | |
| Luis Miguel Dias da Silva Santos (suplente) | | |
| Stefano Viviano (suplente) | | |
| Eros Gradowski Junior (suplente do Cesar Beltrão) | | |
| Membros Suplentes | | Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos |
| Eros Gradowski Junior (CR Almeida) | | Ricardo Bisordi (Coordenador) |
| Umberto Tosoni (Gavio) | | Marco Antonio Cassou |
| Luis Miguel Dias da Silva Santos (Gavio) | | Alberto Rubegni |
| Comitê de Auditoria | | |
| Ricardo Bisordi (Coordenador) | | |
| Alberto Pernigotti | | |
| Vago | | |

Parcer do Conselho Fiscal

Os membros titulares do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. realizada em 28 de abril de 2021, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente. As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros titulares. Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia.

Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, membros do Comitê de Auditoria e de sócia e gerentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas; (ii) a dinâmica dos negócios e resultados no período e as medidas adotadas pela Companhia e suas controladas sobre os impactos decorrentes da pandemia do coronavírus; (iii) estrutura, processo e plano de gestão de riscos e matriz de riscos corporativos; (iv) proposta para aumento do capital social; (v) relatório de recomendações para o aprimoramento de controles internos, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em conexão com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, acompanhado dos comentários e planos de ação da Administração; (vi) premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para provisão de manutenção e testes de recuperabilidade de ativos (impairment) e também para contabilização relativa à outorga da Eco 135; (vii) posição geral do endividamento, captações de recursos e cronograma de vencimentos; (viii) obrigações e discussões com o Poder Concedente, inclusive o Governo do Estado do Paraná; (ix) contabilização para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos no exercício social de 2021; (x) atualizações jurídicas, impactos e providências decorrentes do Acordo de Não Persecução Cível com o Ministério Público do Estado de São Paulo, do Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Paraná, da investigação na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Operação Infinita Highway") e Monitoramento Independentes; (xi) Termo Aditivo Definitivo para extensão do fim do contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes; (xii) principais assuntos de auditoria; e (xiii) modificações na composição da Diretoria Executiva e Diretorias.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

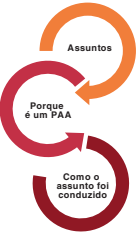
Aos Administradores e Acionistas
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. e da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|---|---|
| Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(g) e 25) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que só posteriormente, surgidas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. | Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desse procedimento nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras. |

| Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 13) | |
|--|--|
| Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 11.387.902 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas em valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração nos trechos dessa concessão, em contra partida do mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. | Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos. |

| Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") | |
|---|---|
| Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público de São Paulo ("MPSP"), a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJP-P-CAP no 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo. Em 21 de setembro de 2021 o MPSP decidiu pela não homologação do ANPC determinando o arquivamento dos inquéritos civis supramencionados, entretanto em 7 de dezembro de 2021, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMPSP") reconsiderou a decisão e, acolheu parcialmente os embargos de declaração. Conforme divulgado na Nota 22 (g) às demonstrações financeiras, o acordo estabelece que a Ecovias arcará com o valor de R\$ 638.000 mil, que será destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretária de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Ecovias. Desse valor, R\$ 38.000 mil serão pagos pela Companhia. Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da complexidade dos julgamentos envolvidos para a definição dos reflexos contábeis, bem como pela relevância dos valores. | Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do ANPC firmado entre a Ecovias e o MPSP e o respectivo aditivo do acordo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do ANPC. Também envolvemos os nossos especialistas forenses para analisar, de forma geral, as características e estrutura do acordo. Inspecionamos os valores dispostos no ANPC e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração. Observamos os procedimentos e controles de conformidade implementados pela Companhia, além das políticas internas. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria. |

| Termo Aditivo Modificativo ("TAM") | |
|---|---|
| Em 24 de novembro de 2021 a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias") e o Estado de Paulo, por sua Secretária de Logística e Transportes, firmaram o Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2021. Conforme divulgado na Nota 21 (iii) às demonstrações financeiras, o termo estabelece que a Ecovias desembolsará o valor de R\$ 630.866 mil, no momento da assinatura do termo. Adicionalmente a Ecovias deverá realizar novos investimentos nos trechos dessa concessão, em contra partida obtive o direito de estender o prazo do contrato de concessão até 2033, além de outros aspectos divulgados na nota explicativa às demonstrações financeiras. Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da relevância dos valores apresentados no termo, bem como pela complexidade e julgamento envolvido. | Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do TAM firmado entre a Ecovias e o Estado de São Paulo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do TAM. Inspecionamos os valores dispostos no TAM e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria. |

| 31/12/2020 | | | | | | |
|--|------------|-----------|-----------|--------------------|-------------|-------------|
| Resultado | Concessões | Portos | Logística | Holding e serviços | Eliminações | Consolidado |
| Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos..... | 863.689 | (97.729) | 3.067 | (59.710) | (650.245) | 79.072 |
| Imposto de renda e contribuição social..... | (316.227) | (232.578) | (370) | 48.883 | 3.232 | (497.060) |
| Resultado das operações continuadas..... | 567.462 | (330.307) | 2.697 | (10.827) | (647.013) | (417.988) |
| Resultado das operações descontinuadas..... | - | - | - | (6.000) | - | (6.000) |
| Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício..... | 567.462 | (330.307) | 2.697 | (16.827) | (647.013) | (423.988) |

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5. **b) Informações suplementares:** As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. **c) Transações que não envolvem caixa:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

| Transação | Controladora | Consolidado |
|--|--------------|-------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
| Direito de uso - CPC 06 (R2)..... | 1.391 | 13.350 |
| Ajuste a Valor Presente Onus Concessão..... | - | 418.846 |
| Onus da Concessão - Ecovias do Araguaia..... | - | 1.072.617 |

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Assembleia Geral de Debituristas - AGD - 9ª emissão Ecorodovias Concessões e Serviços: Em 02 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral de Debituristas da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., aprovou a alteração da data de vencimento das referidas debêntures de 04 de fevereiro de 2022 para 04 de agosto de 2022. **Debêntures Ecovias dos Imigrantes:** Em 22 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão será composta de 950.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 25 meses, contados da data de emissão. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 1,25% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, com carência de 7 meses contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela controlada com a emissão serão destinados ao pagamento de dívidas e reforço de caixa. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. **6ª Emissão Debêntures Companhia:** Em 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão será composta de 950.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 5 anos, contados da data de emissão, sendo amortizados anualmente a partir da data de emissão, com carência de 12 meses. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 2,00% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão serão destinados ao pagamento de atual dívida de caixa. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Conselho Fiscal

| Membros Efetivos | |
|---|--|
| Sérgio Tuffly Sayeg (Presidente) | |
| Paulo Sérgio Aldrighi | |
| Caio Cezar Monteiro Ramalho | |
| Membros Suplentes | |
| Gaspar Carreira Júnior | |
| Eduardo Georges Chehab | |
| José Dimas Gurgel | |
| Diretoria | |
| Diretor Presidente - Marcelo Guidotti | |
| Diretor Executivo de Negócios Rodoviários - [Vago] | |
| Diretor Executivo de Negócios Logísticos - [Vago] | |
| Diretor Executivo Desenvolvimento de Negócios - [Vago] | |
| Diretor Executivo de Finanças - Marcelo Guidotti | |
| Diretor Executivo de Relação com Investidores - Marcelo Guidotti | |
| Diretor Executivo Gestão de Pessoas - Marcelo Guidotti | |
| Diretor Executivo Jurídico - Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles | |

Contador: HUGO RAFAEL MITZ - CRC 1PR050369/O-4 T SP

São Paulo, 14 de março de 2022.

Sérgio Tuffly Sayeg - Presidente
Caio Cezar Monteiro Ramalho
Paulo Sergio Aldrighi

Os membros titulares do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (a) o Relatório da Administração, e (b) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e respectivas notas explicativas.

O Conselho Fiscal conheceu a Proposta da Administração relativa aos dividendos mínimos obrigatórios, não tendo apreciado o orçamento de capital, tendo em vista a informação recebida da Administração de que o mesmo será objeto de deliberação e divulgação apenas oportunamente, para ser também submetido à Assembleia Geral Ordinária.
Foi também examinado o Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2021, em atendimento à Deliberação CVM nº. 599, de 15 de setembro de 2009 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.
Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e auditores independentes no decorrer do exercício social, e também no Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|---|--|
| Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 22(f)) Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente. Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 72.614 mil. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito. Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto. | Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, bem como as atualizações sobre o tema para o exercício de 2021. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema. Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial. Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração. Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria. |

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a